



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

FLÁVIA DA SILVA CAVALCANTI  
MARIA VAIRLA DE AQUINO SANTOS

**VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO E PRÁTICAS  
INCLUSIVAS**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2023

FLÁVIA DA SILVA CAVALCANTI  
MARIA VAIRLA DE AQUINO SANTOS

**VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO E PRÁTICAS  
INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Federal de Alagoas - Campus do  
Sertão, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Licenciadas em Pedagogia.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilza Pavezi

DELMIRO GOUVEIA-AL

2023

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

C376v Cavalcanti, Flávia da Silva

Vivências de mães de crianças com autismo e práticas inclusivas / Flávia da Silva Cavalcanti ; Maria Vairla de Aquino Santos. - 2023.

66 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Marilza Pavezi.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2023.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Autismo. 4. Família. 5. Escola. 6. Ensino e aprendizagem. I. Santos, Maria Vairla de Aquino. II. Pavezi, Marilza. III. Título.

CDU: 376

## Folha de aprovação

FLÁVIA DA SILVA CAVALCANTI  
MARIA VAIRLA DE AQUINO SANTOS

### VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilza Pavezi  
Aprovado em: 27 de fevereiro de 2023

#### Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 MARILZA PAVEZI  
Data: 28/02/2023 15:25:00-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Marilza Pavezi (Orientadora)

Universidade Federal De Alagoas-UFAL/ Campus Sertão

Documento assinado digitalmente  
 NOELIA RODRIGUES DOS SANTOS  
Data: 28/02/2023 15:40:27-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Me. Noélia Rodrigues dos Santos (1<sup>a</sup> Examinadora )  
Universidade Federal de Alagoas-UFAL/Campus do Sertão

Documento assinado digitalmente  
 LILIAN KELLY DE ALMEIDA FIGUEIREDO VOSS  
Data: 01/03/2023 18:48:50-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss (2<sup>a</sup> Examinadora)  
Universidade Federal de Alagoas-UFAL/Campus do Sertão

## AGRADECIMENTOS

*Flávia da Silva Cavalcanti*, não teria conseguido cumprir minha trajetória acadêmica sem a ajuda e o incentivo de várias pessoas. Por isso, gostaria de demonstrar minha gratidão e apreço a todos que contribuíram para que meu sonho se tornasse realidade. Estejam cientes de que todos vocês me incentivaram, se apresento este trabalho, é porque o fiz e não desisti. Dedico a cada um de vocês, esta vitória não é só minha, é de todos nós. Agradeço, acima de tudo, a Deus por ter me dado forças para prosseguir.

A minha mãe, Maria Helia, esteve comigo ao longo desta trajetória e, assim, foi a minha rede de apoio ao ficar com minha filha para eu estudar. Dedico este diploma a meu pai Edinaldo, em memória de tudo o que ele foi, é e representa em minha vida.

Ao meu esposo Magno, por toda a companhia, cumplicidade, pois sem a ajuda dele eu não teria chegado até aqui. A minha filha Yasmim, por ser compreensiva e carinhosa e entender que a mamãe às vezes tinha que estudar ao invés de brincar com ela.

Às minhas irmãs, Fernanda e Fabrícia por sempre estarem dispostas a me ouvir nos momentos de crise, choro e ansiedade. Obrigada pelos meus sobrinhos João Vitor, Kaique Ednaldo e Maria Cecília.

A minha avó Josefa, por sempre me colocar em suas orações, e me aconselhar, sempre me motivando a não desistir dos meus sonhos.

Aos meus amigos, Regina, Rita de Cássia, Marcelo e Silvia Géssica, que sempre estiveram ao meu lado, me aconselharam nos momentos de dúvidas e estiveram presentes quando precisei, não importando a situação em que me encontrava. Estendo meus agradecimentos aos colegas de turma, por todas as trocas e experiência adquiridas.

Agradeço aos professores da Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão por me possibilitar acesso a tantos conhecimentos.

A Psicóloga Dra. Ana Costa por me ajudar quando mais precisei, por cuidar da minha saúde mental e me ajudar a desapegar de pensamentos negativos, que quase me levaram a desistência.

A orientadora Marilza Pavezi por toda a sua dedicação e paciência. A minha dupla de trabalho Maria Vairla. Aos membros da composição da banca, por aceitarem e contribuírem com as suas opiniões e conhecimentos para melhorar a qualidade desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para essa pesquisa. E se por acaso esqueci de citar alguém, receba meus sinceros agradecimentos.

*Maria Vairla de Aquino Santos* dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai, Paulo Mariano (em memória), minha mãe Maria Lúcia (em memória) e ao meu irmão José Valdeir.

Ao meu esposo Clóvis Rafael, aos meus filhos Ágatha Micaelly, Lucas Arthur e Agnes Tercília, demonstrou muito carinho e apoio, não poupou esforços para que eu alcançasse esta etapa da minha vida.

Um agradecimento mais que especial para a minha tia Maria de Lourdes, que logo no início dessa jornada foi quem me deu todo um suporte com meu filho que tinha apenas dois meses de vida, sem esse suporte com toda certeza eu não estaria aqui concluindo essa etapa, a minha sogra Maria Regina e a minha cunhada Kêmilly Rebeka que durante o período de estágio foram um pilar muito importante para realização do mesmo.

E aos meus amigos, especialmente ao “Meu Quarteto Fantástico”, Verônica Nascimento, Leyla Carla e Maria Lúcia, que por muitas vezes que pensei em desistir e elas formaram minha âncora, para não desiste uma segurando a mão da outra e nunca deixa soltar, eu quero deixar aqui meu “muito obrigada”.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Marilza Pavezi, por todo apoio e dedicação durante esse período de orientação, com a minha dupla Flavia Cavalcanti, por toda paciência conosco, muito obrigada.

A todo corpo docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas-Campus Sertão, que contribuíram durante a minha trajetória no campus, por todo conhecimento compartilhado e quanto foram exemplos, mesmo que sem perceber, da futura professora que eu queria me tornar.

“Autismo: Todo aprendizado é um desafio, mas  
todo desafio é uma chance de aprender!”  
(Gretchen Sttipp)

## RESUMO

O autismo tem grande impacto na vida da criança e da família, ao comprometer muitas áreas e, conseqüentemente, elevar os níveis estressores de todos. O constante papel de cuidado que as mães desempenham geralmente as deixa muito vulneráveis, causando desgaste físico e emocional decorrente do grande investimento de cuidados para seus filhos. O autismo é tema deste trabalho de conclusão de curso, elaborado com uma metodologia que se baseia em pesquisa bibliográfica e qualitativa, e uma revisão de literatura referente ao tema. Revisamos pesquisas relacionadas ao autismo e a família. O levantamento foi realizado no banco de dados Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) com delimitação de 2013 a 2022. A busca resultou 356 trabalhos. Após a seleção e leitura, descartou-se os que não se adequavam ao tema. Dos 356, somente vinte foram incluídos, lidos e classificados nas respectivas categorias analíticas: experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (Relação mãe/pai com o filho (a) com autismo); Práticas de Inclusão e Relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo. O estudo tem como objetivo geral conhecer os principais desafios enfrentados diariamente por mães com filhos na faixa etária infantil com autismo e o processo de integração em ambientes educacionais através das práticas inclusivas, e objetivos específicos, aprofundar os conhecimentos em relação ao tema; apresentar os aspectos históricos do autismo; e averiguar as mudanças na rotina familiar pós-diagnóstico. Levantamos apontamentos históricos importantes sobre a origem do transtorno e sobre o princípio da Educação Especial e Inclusiva, enfatizando os desafios que impossibilitavam o acesso das crianças com necessidades educativas especiais aos ambientes pedagógicos e sociais. Versamos a legislação Berenice Piana n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe a égide de uma Educação Inclusiva. Como resultado, concluímos que as pesquisas sobre esse tema têm sido poucas, pois através da revisão da literatura encontramos apenas três estudos com foco nas experiências de mães de crianças com autismo. A falta de pesquisas nessa área significa que os relatos e narrativas com essa proporção de importância se torne inacessível a outros pais que estão passando pelo processo de diagnóstico. Reafirmamos, a importância de novas pesquisas nessa área (sob a perspectiva das experiências e relatos de mães atípicas), relacionadas à inclusão para ampliar a compreensão do enigmático campo do autismo. Os, relatos detalhados no estado da arte demonstram o quão é difícil a vida diária de pais e mães de crianças com autismo, devido às características dessa condição, que requer deles muita dedicação aos cuidados com o filho.

**Palavras-chave:** Autismo; Família; Práticas de Inclusão; Educação.

## ABSTRACT

Autism has a great impact on the life of the child and the family, by compromising many areas and, consequently, raising everyone's stress levels. The constant role of care that mothers play usually leaves them very vulnerable, causing physical and emotional exhaustion due to the large investment in caring for their children. Autism is the subject of this course conclusion work, elaborated with a methodology that is based on bibliographical and qualitative research, and a literature review related to the theme. We reviewed research related to autism and the family. The survey was carried out in the database Catalog of Theses and Dissertations (CAPES) with delimitation from 2013 to 2022. The search resulted in 356 works. After selection and reading, those that did not fit the theme were discarded. Of the 356, only twenty were included, read and classified in the respective analytical categories: experiences, experiences, reports of mothers of children with autism (Mother/father relationship with the child with autism); Inclusion Practices and Family-School Relationship, Teacher-Student with Autism. The general objective of the study is to know the main challenges faced daily by mothers with children in the infant age group with autism and the process of integration in educational environments through inclusive practices, and specific objectives, to deepen knowledge in relation to the subject; present the historical aspects of autism; and to verify the changes in the post-diagnosis family routine. We raised important historical notes about the origin of the disorder and about the principle of Special and Inclusive Education, emphasizing the challenges that made it impossible for children with special educational needs to access pedagogical and social environments. We refer to legislation Berenice Piana n. ° 12.764, of December 27, 2012, which has the aegis of an Inclusive Education. As a result, we conclude that research on this topic has been scarce, as through the literature review we found only three studies focusing on the experiences of mothers of children with autism. The lack of research in this area means that reports and narratives with this proportion of importance become inaccessible to other parents who are going through the diagnostic process. We reaffirm the importance of further research in this area (from the perspective of atypical mothers' experiences and reports), related to inclusion, in order to broaden the understanding of the enigmatic field of autism. The detailed, state-of-the-art reports demonstrate how difficult the daily work of parents of children with autism is, due to the characteristics of this condition, which requires a lot of dedication from them to care for the child.

**Keywords:** Autism; Family; Inclusion Practices; Education.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Progresso das pesquisas sobre o autismo.....	17
-----------------	--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Pesquisas relacionadas com a temática norteadora, 2013 a 2022.....	40
<b>Tabela 2</b>	Autoria das obras encontradas.....	41
<b>Tabela 3</b>	Categorização das temáticas das teses e dissertações, 2013 -2021.....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
AMA	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA
APA	ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA
APAE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CDC	CENTRO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS
DSM	MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
NEE	NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
TC	TERAPIA COMPORTAMENTAL
TEA	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 AUTISMO: BREVE HISTÓRICO, CONCEITO E SUAS CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>16</b>
2.1 Etiologia.....	20
2.2 Conceito e características do autismo.....	21
2.3 Diagnóstico .....	23
2.4 Diagnóstico e família .....	24
2.5 Tratamento .....	27
<b>3 UM BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. ....</b>	<b>30</b>
3.1 Documentos legais que asseguram os direitos das pessoas com autismo: o direito à educação .....	33
3.2 Relação família e escolas na inclusão de crianças com transtorno do espectro autístico. ....	37
<b>4 ESTADO DO CONHECIMENTO: VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO E PRÁTICAS INCLUSIVAS.....</b>	<b>41</b>
4.1 Análise do estado do conhecimento sobre vivências de mães de crianças com autismo e práticas inclusivas. ....	42
4.2 Experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (relação mãe/pai com o filho (a) com autismo). ....	45
4.3 Práticas de inclusão .....	48
4.4 Relação família-escola, professor-aluno com autismo.....	54
4.5 Discussão.....	57
<b>5 ALGUMAS ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A- REFERÊNCIAS POR CATEGORIAS. ....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurológico que se manifesta através de alterações nos comportamentos, nos modos de socialização e na linguagem de uma criança. A expressão autismo foi usada pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911. Todavia, os primeiros estudos foram conduzidos por Léo Kanner, através de um estudo de múltiplos casos que envolveu onze crianças, descrito em um artigo intitulado “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”.

Atualmente, o termo autismo, denominado transtorno do espectro autista, não tem um conceito fechado porque não há consenso científico sobre o que realmente é o autismo ou sobre sua etiologia. Não se sabe, portanto, quais são as suas causas originárias (STRAVOGIANNIS, 2021). Existe uma ampla gama de manifestações que são consideradas Transtorno do Espectro Autista. Assim, como existem diferentes visões a respeito da etiologia, sobre as possíveis características, diagnósticos e tratamentos. Toda essa diversidade de perspectivas dificulta uma conceituação precisa.

Ao que tange à pesquisa, procuramos abandonar a ideia do senso comum sobre a maternidade, quando dizemos que todas as mães são iguais. Ao fazer isso, percebemos o quanto estamos sendo reducionista. Especialmente quando vamos analisar as mães de crianças com necessidades especiais. Considerando as mães de crianças com autismo, que se dedicam completamente aos cuidados dos filhos, e que precisam conciliar o tempo para exercer outras atividades e a maternidade. Uma vez que essas mulheres têm uma responsabilidade e sobrecarga extra, indagamos, será que de fato a maternidade é idêntica para todas as mulheres?

Quando os familiares recebem o diagnóstico de autismo, ocorrem mudanças significativas no ciclo de vida familiar. Um fator importante a considerar é o enfrentamento da patologia pela família, principalmente pelas mães diante da condição da criança. Devido às mudanças e o desconhecimento sobre a patologia, os familiares ficam sem rumo, sem saber que caminho seguir. Alterações nas atividades diárias e no funcionamento psicológico dos indivíduos são inerentes a esse processo. Cria-se tensão, angústia, ansiedade no sentido de mobilizar recursos pessoais para encontrar uma solução bem-sucedida e satisfatória para ajudar o filho. Pensando nisso, tivemos em vista coletar dados/informações para responder o seguinte problema de pesquisa: Como os relatos de mães que têm filhos com autismo podem ajudar outros pais a lidar com os fatores de adaptação e inclusão do TEA?

O estudo objetivou conhecer os principais desafios enfrentados diariamente por mães com filhos na faixa etária infantil com autismo e o processo de integração em ambientes educacionais através das práticas inclusivas, bem como, aprofundar os conhecimentos em relação ao tema; apresentar os aspectos históricos do autismo; e averiguar as mudanças na rotina familiar pós-diagnóstico.

Esta pesquisa é extremamente relevante, pois, além de compreendermos a maternidade e as experiências de mães atípicas, refletiremos sobre as políticas de melhorias, e leis que protegem os direitos dessas crianças. Dada a pouca frequência de discussão sobre o tema, almejamos levar essa discussão a mais lugares para alcançar um número maior de pessoas, e assim ajudar a desmistificar o preconceito, que está arraigado na sociedade, sobre o autismo. Dessa forma, procuramos investigar e trazer dados sobre TEA, e assim contribuir para a desconstrução de visões equivocadas que persistem há séculos e ainda são notáveis atualmente. Existem preconceitos velados em relação às pessoas com deficiência em que indivíduos desinformados criam seus pré-julgamentos e estereótipos que reduzem as pessoas acometidas com a patologia a serem incapazes, implicando para sua exclusão social. Nossa intenção era fazer uma pesquisa com as mães, por entrevistas semiestruturadas, mas como esse método tornou-se inviável, fomos orientadas pela orientadora a realizarmos uma revisão de literatura relacionada ao autismo, família e práticas de inclusão.

O estudo tem como método de abordagem pesquisa qualitativa, bibliográfica e revisão de literatura. Utilizando dissertações e teses como instrumento de coleta de dados. Foram realizadas buscas através da base de dados do Capes, onde foram encontrados 356 trabalhos, após a seleção e leitura foram excluídos aqueles que não se enquadram com o tema, dos 356 trabalhos, apenas vinte foram lidos e categorizados. Os estudos listados no capítulo 4 do Estado do Conhecimento foram detalhados nas respectivas categorias. Dos 20 estudos, três dissertações (Mendes, 2021; Oliveira, 2019; Tambara, 2017), tratam de experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo sendo agrupadas na categoria I. As outras seis dissertações (Bittencourt, 2021; Costa, 2016; Oliveira, 2020; Santos, 2017; Schaefer, 2020; Vargas, 2014), abordam Relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo sendo agrupados na categoria II, por fim a categoria III incluiu as últimas onze pesquisas, três teses e oito dissertações (Alves, 2015; Cesar, 2013; Guareschi, 2016; Heradão, 2020; Oliveira, 2017; Pereira, 2019; Pinto, 2013; Ribeiro, 2013; Rodrigues, 2015; Siqueira, 2020; Vecchia, 2017), que relatam sobre práticas de Inclusão.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, no segundo capítulo apresentamos a história e apontamentos sobre o autismo segundo diversos autores, descrevemos sua evolução

ao longo dos anos e as inúmeras mudanças que ocorreram em sua classificação bem como apresentamos os conceitos, características, diagnóstico e como os familiares o vivenciam, além de discutir alguns dos tratamentos necessários para minimizar os efeitos do transtorno. O terceiro capítulo traz discussões sobre as legislações que tratam da educação especial e inclusiva, bem como aborda sobre o processo de inserção dessas crianças no ambiente educacional, e sobre a relação entre escola, professor e aluno. O quarto capítulo aborda o estado do conhecimento, apresenta um recorte temporal das principais pesquisas já publicadas que discutem o tema. E por fim, o quinto e último capítulo traz nossas análises e considerações finais sobre o tema.

## 2 AUTISMO: BREVE HISTÓRICO, CONCEITO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Em 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler foi o primeiro a empregar o termo “autismo” para descrever os sintomas da Esquizofrenia, que se manifestava como se o paciente estivesse habitando em um universo paralelo. Na década de 1940, o austríaco Léo Kanner chamou mais a atenção para esse isolamento e exclusão do mundo exterior ao descrever uma nova síndrome em um de seus trabalhos científicos como “distúrbio autístico do contato afetivo”. Este artigo era sobre a história das onze crianças as quais Kanner acompanhava.

É importante ressaltar que, com base em suas observações, o Dr. Léo Kanner fez anotações cautelosas e descrições sobre os vários comportamentos apresentados nesses casos. Essas crianças apresentavam características semelhantes, mas apresentavam comportamentos inapropriados para sua faixa etária, como movimentos repetitivos e obsessivos, eram facilmente agitadas e extremamente resistentes ao contato, além de apresentarem dificuldades na linguagem e entonação da fala. Em suas publicações, o psiquiatra austríaco demonstrava que esses comportamentos eram inatos a essas crianças, elas apresentavam esse isolamento extremo desde a sua tenra idade (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

O primeiro diagnóstico aconteceu na década de 1930, um menino canadense foi diagnosticado com autismo e ficou conhecido mundialmente como o “Filho do Autismo”. Donald Gray Triplett, era uma das onze crianças que Léo Kanner acompanhava em seus estudos. Donald exibia um comportamento incomum, não gostava de socializar com as pessoas e tinha problema na fala. Essas foram as características que chamaram a atenção de seus pais.

Donald mostrava pouco interesse pelos habitantes do mundo exterior, entre quais figuravam seus pais. Para o casal, dentre todas as peculiaridades essa era a mais difícil de aceitar: que o garoto nunca corresse ao encontro do pai quando este chegava do trabalho e que nunca chamasse a mãe aos gritos [...] (DONVAN, ZUCKER 2017, p. 18).

Donald teve comportamento normal até os dois anos, após essa faixa etária despertou a atenção de seus pais devido a uma regressão em seu desenvolvimento, como o desinteresse por pessoas e objetos. Quando sua rotina de atividades era interrompida, ele exibia agressividade. Esses eventos aumentaram a preocupação de sua família, levando-os a escrever uma carta confessional em que descreviam Donald como “irremediavelmente louco” (EVÊNCIO; FERNANDES, 2019).

Léo Kanner mudou suas afirmações sobre a origem da síndrome autista em 1949, quando publicou seu segundo artigo. Anteriormente, pensava-se que era causado por fatores biológicos, mas em sua nova publicação, acreditava-se que fosse causado por fatores psicológicos. A famosa observação do psiquiatra é a conexão que ele fez entre autismo e

maternidade, ou seja, ele vinculou o desenvolvimento da síndrome à falta de afeto dos pais. Daí a teoria “Mãe Geladeira”<sup>1</sup>. Essa teoria foi amplamente divulgada, mas anos depois o mesmo psiquiatra veio publicamente retratar esse raciocínio equivocado. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

A expressão “mãe geladeira” surgiu no segundo artigo do psiquiatra Léo Kanner, em 1949, artigo este dedicado a explicação das relações familiares e do surgimento da síndrome. O psiquiatra foi o precursor da teoria mãe geladeira, mas Bettelheim foi um de seus seguidores que propagou tal discussão.

Bruno Bettelheim apresentou três estudos de caso (Laurie, Márcia e Joy) e, com base neles, defendeu a teoria de que o autismo seria um transtorno emocional onde a criança (ao não se sentir amparada e acolhida por aqueles que com ela convivem) ela optaria por viver uma “fortaleza vazia” e entregar-se a um estado de não existência (LOPES, 2017, p. 04)

A ideia é clara, percebe-se a culpabilização das mães por terem filhos autistas, raciocínio esse errôneo lançado sobre elas. Essa teoria era obsoleta porque sugeria que o desenvolvimento da síndrome ocorria por falta de amor e contatos afetivos maternos. Embora esses elementos de pensamento prevalecessem, demorava-se para se descobrir as verdadeiras causas originárias do autismo.

Bettelheim ficou conhecido por seus atos cruéis, pesquisas afirmam que ele foi enviado para o campo de concentração de Buchenwald durante a Segunda Guerra Mundial, onde observou por muito tempo o comportamento de pessoas submetidas a condições extremas de crueldade, abuso e fome. Infelizmente, essas observações serviriam de base para o desenvolvimento de suas teorias sobre o autismo. Ele foi acusado de maltratar seus pacientes autistas, fantasiando teorias sem qualquer suporte científico e criando dados científicos fictícios (LIBERALESSO; LACERDA, 2020).

Em 1944, o psicólogo Hans Friedrich Karl Asperger descreveu crianças com dificuldades motoras, de comunicação e emocionais, após as descrições de Léo Kanner. Embora esses dois médicos não se conhecessem, suas observações foram semelhantes. A diferença entre seus estudos é que, enquanto Léo, estudava os comportamentos e características das crianças mais afetadas. Asperger observava crianças com boa cognição e comunicação.

Embora as pesquisas de Dr. Leo Kanner e Hans Asperger tenham sido realizadas em contextos diferentes e com ênfase em alguns aspectos distintos, ambos apontaram semelhanças nas características dos sujeitos observados, como dificuldades de relacionamento interpessoal

---

<sup>1</sup> Segundo essa teoria, as mães de crianças com autismo eram mulheres que não conseguiam cumprir adequadamente seu papel materno, negando ao filho o devido afeto e cuidado, o que causava grande frustração emocional na criança (GAIATO; TEIXEIRA, 2018).

e de comunicação, bem como a presença de comportamentos bizarros como estereotípias e ecolalia imediata, repetição de palavras. Historicamente, o autismo foi avaliado de diferentes formas, inicialmente como esquizofrenia<sup>2</sup>, nos primeiros estudos, posteriormente como psicose, com base na pesquisa psicanalítica (PINTO, 2013).

Em 1960, a psicóloga Lorna Wing começou a escrever e publicar textos de grande relevância relatando o transtorno. Lorna era uma mãe atípica, ela foi a primeira a escrever sobre a relação entre a tríade da interação social, comunicação e alterações comportamentais. Tanto ela quanto seu esposo não tinham nenhum conhecimento sobre TEA, até sua filha nascer. Comprometida com a criança e movida pela necessidade de se aprofundar no assunto, ela pesquisou sobre o desenvolvimento humano e sobre questões sociais e emocionais que estão relacionadas diretamente com o autismo.

O autismo nessa época ainda era classificado como uma psicose infantil e era considerado uma forma de esquizofrenia. Essa visão do autismo ligado à esquizofrenia começou a mudar apenas em 1980, quando recebeu um diagnóstico adequado, sendo classificado como uma síndrome, ao invés de um transtorno psicológico.

Só a partir dos anos 80 o autismo deixou de ser considerado um conjunto de perturbações infantis, sendo reconhecido como um transtorno, diferente da esquizofrenia, o que resultou em estudos científicos (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012). A seguir, apresentamos um quadro com uma linha do tempo que contém algumas das pesquisas sobre o autismo ao longo dos anos.

**Quadro 1-Progresso das pesquisas sobre o Autismo.**

<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Evento</b>
1911	Suíça	O Autismo foi introduzido na literatura médica, pelo psiquiatra Eugen Bleuler.
1943	Estados Unidos da América	Publicação da obra distúrbio autístico do contato afetivo de Kanner, referente a onze crianças denominadas autistas.
1944	Áustria	Psiquiatra Hans Asperger, escreve o artigo intitulado “A psicopatia Autista na Infância”.
1950	Estados Unidos da América	Confusão em torno da definição e etiologia do autismo, e o nascimento da teoria “mãe-geladeira”.
1960	Estados Unidos da América	Suposição correlacionando o autismo a um transtorno cerebral.

<sup>2</sup> A esquizofrenia é um transtorno mental caracterizado por perda de contato com a realidade, alucinações, delírios, pensamento e comportamento anormais, expressão reduzida de emoções, deterioração das funções mentais e problemas no funcionamento da vida cotidiana, incluindo trabalho, assuntos sociais, relacionamentos e autocuidado (TAMMINGA, 2022)

1980	Inglaterra	Efervescência de estudos demonstrando que a origem é biológica
1988	Estados Unidos da América	Estudos em torno da terapia comportamental e suas contribuições.

Fonte: HOUCH, 2016, elaborado pelas autoras.

Esses foram alguns dos marcos cronológicos e eventos históricos que ajudaram a difundir o autismo e torná-lo socialmente conhecido. Argumentar que, após todos esses estudos, pesquisas até a criação do DSM-III e cid. 9, o autismo era visto por várias lentes e reinterpretado por vários estudiosos. Entretanto, em revisões subsequentes desses guias médicos (CID 10 e no DSM-IV-em 1993 e 1994), houve uma melhor definição e reconhecimento do autismo.

Atualmente, existe um aumento da incidência de pessoas com o Transtorno, os diagnósticos registrados vêm aumentando significativamente nos últimos anos, e com isso o Autismo está recebendo mais atenção da mídia, e está sendo incluída essa parcela da população na sociedade.

Segundo Oliveira (2015) existem aproximadamente cerca de dois milhões de brasileiros com transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil, com mais de 300.000 diagnósticos somente no estado de São Paulo. Embora o percentual seja numeroso, o número não é oficial e deve ser declarado oficialmente. Com a recente aprovação da Lei 13.861 de 2019, que obriga o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a incluir informações sobre esse grupo populacional em seus levantamentos demográficos, será possível saber quantas pessoas no Brasil são acometidas por esse transtorno e como os diagnósticos estão distribuídos nas regiões brasileiras.

Ao incluir o autismo em suas estatísticas, o IBGE<sup>3</sup> contribuirá com esse grupo e, conseqüentemente, incentivará a criação de políticas públicas. Os resultados da pesquisa serão divulgados entre 2022 e 2025 em diferentes meios de comunicação, visando atender às demandas dos diferentes segmentos de público.

Conforme o DSM V(2014), a prevalência do autismo cresceu nos últimos anos, com frequências relatadas de Transtornos do Espectro do Autismo nos Estados Unidos e em outros países atingindo 1% da população, com estimativas semelhantes em amostras de crianças e adultos. Não se tem certeza se a taxa mais alta é devido aos critérios diagnósticos do DSM-IV serem mais amplos para incluir mais casos, à maior conscientização das diferenças nos métodos de estudo ou um aumento real da frequência dos distúrbios. Outro dado é que a ocorrência do

---

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

espectro tem maior recorrência em crianças do sexo masculino. Conforme o DSM-V (2014, p.39):

Indivíduos do sexo masculino, em geral, têm mais propensão do que os do sexo feminino para receber diagnóstico de formas moderadas (razão média masculino/feminino 1, 6:1) e graves (razão média masculino/feminino 1, 2:1) de deficiência intelectual. As proporções de gênero, todavia, variam muito em estudos relatados. Fatores genéticos associados ao sexo e vulnerabilidade do sexo masculino a lesões no cérebro podem responder por algumas diferenças de gênero.

Portanto, é indiscutível que, com a prevalência desse transtorno e suas particularidades específicas, os indivíduos diagnosticados com essa patologia carecem de atenção e devem ser acompanhados de perto no seu processo educacional, pois suas manifestações podem ser um empecilho para seu processo de inclusão na escola. Assim, o espaço educacional deve estar ajustado, tanto na estrutura arquitetônica quanto no corpo docente, para acolher essas crianças.

## **2.1 Etiologia**

Vários cientistas se dedicam a explicar um dos distúrbios neurológicos mais misteriosos, o autismo. Desde a descrição pelo austríaco Léo Kanner, muitos estudos foram realizados, mas esse é um dos transtornos mais enigmáticos da ciência. Muitas hipóteses foram propostas para explicá-lo, e muitas delas já foram refutadas. Por exemplo, já foi dito que as vacinas podem causar autismo, que certos alimentos podem provocá-lo, e a disseminação da teoria à mãe geladeira, que já foi considerada uma das etiologias.

Suas causas originais não foram concluídas, visto que existe um amplo e variado leque de hipóteses. Alguns pesquisadores acreditam que a causa desse transtorno seria a rejeição ou traumas emocionais sofridos nos primeiros meses de vida. Outros atribuem a sua origem à relação que a criança desenvolve com o meio. Acredita-se também que o autismo ocorra em crianças predispostas cujo distúrbio foi desencadeado por trauma emocional.

Devido à natureza complexa do transtorno, nenhuma abordagem clínica conseguiu explicar ou concluir isoladamente sua origem. Os psicanalistas acreditam que o seu desenvolvimento decorre de alterações biológicas e genéticas. Verifica-se que não existe apenas um gene, mas várias mutações genéticas, essas diferentes mutações dificultam o trabalho dos cientistas. As estimativas de hereditariedade para o transtorno do espectro do autismo variam de 37% a mais de 90%, com base nas taxas de concordância de gêmeos. Atualmente, até 15% dos casos de TEA parecem estar associados a uma mutação genética conhecida, com variações no número de cópias ou mutações em genes específicos associados ao distúrbio em diferentes famílias. No entanto, embora o transtorno do espectro do autismo esteja associado a uma

mutação genética conhecida, não parece haver penetrância completa. O risco para o restante dos casos parece ser poligênico, provavelmente com centenas de loci genéticos dando uma contribuição relativamente pequena (DSM 5, 2014).

Os fatores genéticos não são a única hipótese de causa, porém, compõem a maioria dos casos diagnosticados somando 90%. Também se pensa que a síndrome é motivada por elementos do ambiente, que prejudicam o desenvolvimento cerebral do bebê, provocando danos que dão origem ao autismo. Vários fatores de risco não específicos podem contribuir para o risco de transtorno do espectro do autismo, como idade avançada dos pais, baixo peso ao nascer ou exposição fetal ao ácido valpróico (DSM 5,2014).

Logo, o autismo é um transtorno rodeado de mitos, além da teoria mãe Geladeira, existia também o mito da vacina. Em 1997, o médico inglês Andrew Wakefield apresentou uma hipótese, que relatava a ocorrência de autismo causada pela administração da vacina tríplice viral. Então houve um grande alvoroço, as mães se recusaram a dar a vacina aos filhos, temendo pela saúde deles. No entanto, estudos posteriores apontaram que isso não passava de uma perspectiva ultrapassada causada por erros metodológicos no artigo do médico britânico (GAIATO; TEXEIRA, 2018).

## **2.2 Conceito e características do autismo**

Autismo etimologicamente é uma palavra grega (autós) que significa “por si mesmo”. É um termo usado para descrever comportamentos humanos focados em si mesmos. O transtorno do espectro autista (TEA) é identificado por um conjunto de comportamentos que incluem dificuldades de comunicação, de interação social e atividades restritas e repetitivas (um modo de pensar específico e estereotipado). Essas foram as características que Kanner e Asperg destacaram em seus estudos, ambos enfatizaram, a perturbação do contato na natureza social (PEREIRA, 1996).

O Transtorno do espectro autista é uma disfunção neurológica, origina-se nos primeiros anos de vida, alguns de seus sintomas são perceptíveis por volta dos três anos. TEA se manifesta de diversas formas, sendo cada caso único, pois os sintomas variam entre as crianças. As características comportamentais do transtorno do espectro autista aparecem pela primeira vez na primeira infância, com alguns casos mostrando desinteresse em interações sociais no primeiro ano de vida. Algumas crianças com transtorno do espectro do autismo experimentam estagnação ou regressão no desenvolvimento com deterioração gradual, ou relativamente rápida

no comportamento social, ou no uso da linguagem, geralmente nos primeiros dois anos de vida (DSM 5,2014).

O TEA é caracterizado por problemas no desenvolvimento, na socialização e na linguagem, conforme o conceito. Não se devem comparar semelhanças, pois, as características comportamentais não são comuns em crianças diagnosticadas. Por exemplo, uma criança pode ser verbal ou não, apresentar agressão ou ser retraída.

As estereotípias apresentadas com frequência são movimentos repetitivos das mãos e braços, movimentos involuntário do tronco, movimentos em círculos, falta de contato visual e sorriso, desatenção, dificuldade com brincadeiras, apego a objetos, interação social dificultosa, atraso na fala, comportamento de repetição, e tendência a aborrecer-se facilmente (GAIATO; TEIXEIRA, 2018).

Santos (2017, p. 222) corrobora que:

Transtorno do Espectro do Autismo não se apresenta como algo linear, já que não há uma fórmula para evidenciar sintomas relacionados ao autismo. Identificar um sujeito com autismo é lembrar que as características supracitadas são indissociáveis, podendo ser evidentes ou não, de acordo com seu nível de gravidade. Contudo, os sintomas não surgem de forma igualitária para todos os sujeitos. É preciso reconhecer que por mais parecidos que sejam, cada situação é singular, nenhum autista é igual ao outro.

Pessoas diagnosticadas com TEA podem ter diversos graus de gravidade clínica. Isso pode levar a erros de diagnóstico porque há variabilidade nas características. O atendimento multidisciplinar é prestado conforme o nível de comprometimento do indivíduo. Dessa forma, é crucial diagnosticar e tratar precocemente, pois, quanto mais cedo for descoberto, mais cedo será possível reverter o quadro nas áreas comprometidas, como comunicação, aprendizagem e interação. E mesmo com os avanços, muitas crianças ainda não têm o diagnóstico ou têm um diagnóstico inadequado.

Como aponta a sigla TEA, atualmente não estamos mais lidando com um único tipo de autismo, mas com um espectro. O autismo é dividido em níveis e graus, por ser uma condição complexa que engloba outros transtornos, como a síndrome de Asperger<sup>4</sup>. É importante saber diferenciá-los para aplicar a terapia mais adequada para cada situação em particular. O DSM V afirma que o TEA está associado a outros tipos de comorbidades que às vezes comprometem a vida da criança mais do que o próprio transtorno.

Muitos indivíduos com transtorno do espectro autista apresentam sintomas psiquiátricos que não fazem parte dos critérios diagnósticos para o transtorno (cerca de 70% das pessoas com transtorno do espectro autista podem ter um transtorno

---

<sup>4</sup> Os critérios de diagnósticos são semelhantes ao autismo porque a síndrome de Asperg apresenta sintomas muito característicos do autismo, associados a prejuízos significativos na esfera social, desequilíbrio emocional e interesses muito específicos (WHITMAN,2019).

mental comórbido, e 40% podem ter dois ou mais transtornos mentais comórbidos). Quando critérios tanto para TDAH quanto para transtorno do espectro autista são preenchidos, ambos os diagnósticos devem ser dados. O mesmo princípio aplica-se a diagnósticos concomitantes de transtorno do espectro autista e transtorno do desenvolvimento da coordenação, transtornos de ansiedade, transtornos depressivos e outros diagnósticos de comorbidades (DSM 5, 2014, p. 58).

O transtorno é classificado em três níveis de gravidade. O DSM-5 mostra diferentes níveis, sendo: a) Nível I – se não houver apoio, haverá um grande prejuízo social, dificuldade para iniciar interações, às vezes, mostram-se um baixo interesse, e tentativas de contato social sem sucesso, dificuldades de organização, planejamento e comportamento inflexíveis; b) Nível II – requer apoio substancial com prejuízos sociais óbvios, limitações em iniciar e manter interações, inflexibilidade comportamental e dificuldade em lidar com mudanças; c) Nível III – requer apoio muito significativo, com graves déficits nas habilidades de comunicação social, comportamento inflexível e extrema dificuldade de mudança (FERNANDES APUD, DSM V, 2014).

### 2.3 Diagnóstico

As informações sobre o diagnóstico Do Transtorno do Espectro Autista foram extraídas da leitura do artigo “*Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas*” Fernandes (2020) e do livro “*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V*” (2014).

O TEA necessita de um diagnóstico e intervenção imediata, afinal, é a única forma de amenizar a chance de cronicidade. Intervir precocemente no transtorno do espectro autista, aumenta as chances de sucesso do tratamento e menos intensos serão os sintomas. Apesar de a possibilidade e até necessidade de intervir no quadro autístico antes de sua cronificação, o diagnóstico precoce pode ser identificado como fonte de dúvida e insegurança, devido à presença de sintomas e manifestações difusas.

Os critérios que sustentavam o diagnóstico do autismo mudaram ao longo do tempo, esses são documentados em manuais de classificação nosológica<sup>5</sup>. A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) são os mais famosos e utilizados. Esses manuais diferem em termos de nomenclatura, características e códigos usados para diagnóstico, mas todos compartilham os mesmos pressupostos conceituais que sustentam a classificação nosológica (FERNANDES, 2020).

---

<sup>5</sup> Área da medicina que estuda e classifica as doenças.

O transtorno do espectro autista é classificado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) como parte do grupo Transtornos do Neurodesenvolvimento. Os primeiros sintomas apresentados neste grupo geralmente se manifestam nas primeiras fases de desenvolvimento. Caracterizados por déficits de desenvolvimento que causam prejuízo no funcionamento pessoal, social, acadêmico e profissional. Seus déficits afetam a aprendizagem e o gerenciamento de outras funções, como as dificuldades globais em habilidades sociais e intelectuais.

Conforme o DSM-V (2014), o Transtorno do Espectro Autista é classificado como F84-0, um “transtorno invasivo do desenvolvimento”. O seu diagnóstico considera as características clínicas individuais com ou sem comprometimento cognitivo e linguístico. Associado a uma condição médica, genética e ambiental. Os seus especificadores avaliam os sintomas conforme a idade e comprometimento cognitivo.

Um diagnóstico formal caracteriza-se pela entrega de um laudo emitido por um médico, os médicos responsáveis geralmente são neuropediatras e psiquiatras infantis, são esses os profissionais que primeiro recebem a criança com autismo e orientam os pais sobre os procedimentos terapêuticos adequados. Este trabalho pode ser enriquecido se o especialista estiver disposto a se comunicar com mais proximidade com a criança e com a família, facilitando um conhecimento mais amplo e significativo do caso.

## **2.4 Diagnóstico e família**

A atuação dos pais no diagnóstico do TEA é crucial, eles são os primeiros a perceber quando seus filhos apresentam comportamentos que se desviam do esperado para determinada etapa do seu desenvolvimento. A comunicação e convivência diária com a criança permite que os pais identifiquem diferenças em seu comportamento, principalmente ao se observar o comportamento de outras crianças. Não significa que as crianças tenham um comportamento padronizado, mas os pais sempre desconfiam de um comportamento fora do habitual, especialmente quando esse tipo de comportamentos surgem depois de um período de normalidade.

Quando os familiares percebem algo incomum no comportamento da criança, começam a busca por explicações, iniciando uma jornada por buscas de consultórios, médicos e profissionais de saúde na tentativa de sanar suas dúvidas e assim entender o que está acontecendo com a criança. É provável que sentimentos de ansiedade e medo surjam em

resposta a toda essa situação, justamente por eles não saberem o que vai acontecer com seu filho, ou de que forma eles podem ajudá-lo.

Receber o diagnóstico de autismo é algo perturbador para os pais. Eles enfrentam um turbilhão de situações e emoções inesperadas: ansiedade, conflito, frustração, medo e insegurança. A mãe, alvo de diversas críticas sociais, é a primeira culpada, principalmente porque há décadas atrás especialistas não qualificados atribuíram o autismo à falta de afeto e interação social insuficiente entre mães e filhos. Na época, a falta de afetividade da mãe foi considerada uma das causas do autismo. Essa teoria era popular na década de 1970, mas, felizmente, acabou sendo desconsiderada. Porém, hoje ainda existem profissionais despreparados e desinformados que ainda desrespeitam as mães e as julgam em relação ao comportamento de seus filhos (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Ao encontrar dificuldade em obter um diagnóstico preciso para seu filho, os pais entram em processo de tensão e desestruturação familiar, causada pelo desgaste das longas buscas por respostas, e pela ansiedade, sem saber o que a criança tem para iniciar o tratamento. Não há dúvida de que o autismo eleva os níveis de estresse dos familiares e causa problemas na família, o pai briga com a mãe, o filho com o pai, a mãe com a criança. Essa tensão entre os familiares faz com que a criança não compreenda o que está acontecendo ao seu redor, o que eleva ter crises de irritabilidade e agressividade consigo mesma e com os outros, além de simplesmente se retirar para um de seus mundos. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Essa desregulação e tensão é prejudicial tanto para eles quanto para a criança. Compreendemos que por mais harmoniosa que seja a família, ao receber a confirmação do diagnóstico, é compreensível haver muitas dúvidas sobre a patologia e seus efeitos. Diante que alguns pais estão ouvindo falar sobre autismo pela primeira vez e não sabem como proceder. Contudo, é necessário que os pais mantenham a calma e busquem ajuda de um profissional, pois o estresse será apenas mais um empecilho na vida da família.

A notícia do diagnóstico, leva a família a atravessar um processo de luto, seguido de uma fase de aceitação de uma patologia, que não tem cura ainda. Com isso, surgem novos medos no ambiente familiar de incerteza sobre as perspectivas futuras do filho, a criança torna-se vulnerável devido às suas limitações, e a mãe se dedica integralmente ao filho, acarretando sobrecarga em sua vida. Por causa desses sentimentos conflitantes, a mãe, ciente de sua importância e papel, busca de alguma maneira se dedicar completamente ao filho e ficar com ele a maior parte do tempo.

A superação, no que lhe concerne, ocorre quando, depois de um período de luto, os pais conseguem dar um novo significado a perda do filho idealizado e se concentram no filho real.

De modo a estimular e desenvolver suas habilidades. A criança passa a ser o foco, e não a patologia. Para que esse bebê tenha a oportunidade de se desenvolver plenamente, os pais ou cuidadores devem compreender essa criança, para além de sua deficiência, superar o conceito de deficiência e começar a investir no potencial dessa criança (OLIVEIRA,2020).

A aceitação é caracterizada por um período de superação, reinterpretação da realidade e expansão da esperança. Nesta fase, a frase “Tudo vai acabar bem” é predominante. Essa não se refere a concordância dos fatos, mas de acolher o filho, mesmo mediante o diagnóstico. Afinal, o sentimento de perder um filho idealizado pode demorar um tempo a ser superado. Não existe um tempo pré-determinado para o fim do luto, mas estima-se que seja em torno de um a dois anos. Neste estágio, os pais geralmente buscam a assistência de que o filho precisa, e, ao longo do processo, procuram regularmente orientação profissional, conhecimento sobre a patologia, grupos de apoio, direitos e ajuda apropriada. Sendo assim, o lema é “Do luto à luta!” (OLIVEIRA, 2020).

Nesse processo de diagnóstico e descoberta, em nossa cultura, onde o cuidado faz parte da mulher, são as mães que mais sofrem com as adaptações, elas que buscam tratamento e acompanham seus filhos no dia a dia para consultas, exames e terapias. Sendo mães, médicas e enfermeiras, ao administrarem os medicamentos e controlarem as reações da criança. Embora não seja regra, com a mudança de paradigmas atualmente observamos que pais e demais familiares se envolvem no cuidado das crianças. No entanto, geralmente é a figura materna que mais se destaca, sendo elas que mais se dedicam a garantir os direitos de seus filhos.

A mulher é quem assume a responsabilidade de cuidar da criança, ela dedica-se integralmente, sobrando pouco tempo para o autocuidado, ao dividir o tempo entre os afazeres domésticos, em alguns casos entre o trabalho e a maternidade. Suas rotinas são definidas pelas necessidades da criança. A dedicação ao atendimento das necessidades dessa criança, torna-se uma tarefa que eleva os níveis de estresse, trazendo consequências para a sua saúde mental. Mesmo buscando formas de amenizar os impactos do autismo, ainda assim, a qualidade de vida da mãe e da criança será prejudicada.

Sobrecarga materna é ocasionada por fatores contextuais ou quando essas mães têm que trabalhar fora, e assim, dividir seu tempo entre casa, filhos e trabalho. A divisão de tarefas é desigual, pois as mulheres têm uma carga histórica de responsabilidades com os filhos, enquanto o pai é o provedor financeiro.

Conforme foi explicado acima, aquelas que vivenciam a maternidade de forma real e crua sabem o quão difícil é. Esta não é uma tarefa fácil. É possível notar que as redes sociais e a mídia tendem a minimizar essa sobrecarga e as dificuldades que essas mulheres enfrentam,

mostrando uma maternidade idealizada onde mães aparecem sempre felizes, descansadas e enérgicas, atendendo a um ideal social que exhibe padronização e esconde o cansaço.

## 2.5 Tratamento

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é uma condição muito complexa. Existem muitas opções de tratamento. Tem várias alternativas e formas de minimizar os efeitos deste transtorno. No entanto, alguns pontos são cruciais ao iniciar o tratamento, um deles é o diagnóstico precoce.

Vários estudos científicos mostram que quanto mais rápido a criança recebe o diagnóstico e é devidamente encaminhada e avaliada, melhores serão os resultados para a criança e para os familiares. A avaliação e a intervenção devem ser multidisciplinares e interdisciplinares, nas quais psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, pedagogos e outros profissionais trabalhem em conjunto.

Algumas das terapias mais empregadas para tratar indivíduos com autismo serão descritas. Porém, cada uma das propostas apresentadas deve ser escolhida com cautela.

Promover medidas terapêuticas e comportamentais é necessário para o suporte emocional, cognitivo, pedagógico e para o pleno desenvolvimento dessas crianças. No entanto, apesar da diversidade destes tratamentos, os especialistas na área reconhecem que as terapias comportamentais (TC) são as que correspondem aos melhores resultados, outro tratamento que tem se mostrado eficaz e é adjuvante das terapias é o farmacológico.

O tratamento farmacológico é considerado coadjuvante. As medicações usadas são consideradas uma opção válida, para redução de alguns sintomas que, pelos padrões estabelecidos, são considerados indesejáveis (REIS; LENZA, 2020). Os antipsicóticos atípicos (AAPs) são uma classe de medicamentos com função de tratar psicoses. Este grupo inclui compostos seguros e bem tolerados em relação aos antipsicóticos existentes. Para lidar com os sintomas do autismo, os médicos costumam prescrever o uso de antipsicóticos, especialmente a Risperidona<sup>6</sup>, medicamento bastante utilizado (NIKOLOV; JONKER; SCAHILL, 2016).

Esses medicamentos são usados quando os sintomas se agravam, causando danos e problemas para a criança. Estudos demonstram que, ao usar fármacos dessa classe, os pacientes melhoraram os sintomas de comportamento repetitivo e obsessivo, como agressividade e irritabilidade (NIKOLOV; JONKER; SCAHILL, 2016).

---

<sup>6</sup> Medicamento usado para tratar alguns distúrbios mentais, incluindo esquizofrenia, transtorno bipolar e irritabilidade associada ao transtorno do espectro autista.

Psicoterapia é um procedimento bastante recomendado, segue uma abordagem relacional com ênfase no controle emocional, modificação de comportamento e resolução de problemas. As técnicas psicoterapêuticas usadas com autistas geralmente seguem três etapas. A etapa inicial envolve a superação do isolamento. Na segunda etapa, o terapeuta fornece limites iniciais e ajuda a criança a desenvolver seus próprios limites. Por fim, no terceiro estágio, há uma tentativa de compreender o conflito que ocasionou o isolamento.

O psicólogo pode usar a ludoterapia, que é uma técnica psicológica que articula um método e utiliza recursos metodológicos como livros, jogos, fábulas, dinâmicas, entre outros. A ludoterapia significa a aplicação de procedimentos psicoterapêuticos por meio da ação lúdica, mais especificamente, é um processo psicoterapêutico que, com o uso de brinquedos e brincadeiras, torna-se uma estratégia de intervenção psicoterapêutica. E oferece à criança diagnosticada com TEA uma relação terapêutica baseada na livre expressão, priorizando o contato da criança com o seu eu e com o mundo em que vive (SILVA; BARROSO, 2017).

Fonoaudiologia conhecida como terapia da linguagem, a fonoaudiologia surge como uma situação onde a criança é constantemente estimulada a se comunicar e ampliar a fala espontânea. Seus objetivos básicos são: relacionamento e contato visual, ouvir com compreensão, desempenho vocal, discurso expressivo e comunicativo. O fonoaudiólogo é um profissional que ajuda as crianças na comunicação, esse trabalho é minucioso, onde são criadas estratégias de comunicação alternativas ou aumentativas. A fala, a interação social e a terapia da linguagem devem ser uma prioridade na primeira infância (REIS; LENZA, 2020).

Musicoterapia é um processo de terapia que usa a música como som e movimento para criar um canal de comunicação e, assim, permitir a prevenção, o tratamento e/ou a reabilitação de problemas e necessidades físicas, mentais, emocionais, cognitivas e sociais. A modalidade é construída a partir da musicalidade do paciente e do terapeuta e envolve uma série de atividades como cantar, compor, tocar um instrumento, ouvir música e sons diversos, dançar e movimentar-se em torno do estímulo musical (SOUSA, 2010).

Terapia Comportamental esse procedimento é útil para as crianças na sua habilitação, por estimular suas habilidades para as atividades cotidianas. Por exemplo, vestir-se, alimentar-se, cuidados pessoais de higiene. O terapeuta realiza atividades que permitem que as crianças realizem suas atividades independentemente. A abordagem cognitivo-comportamental enfoca, portanto, a adaptação desses indivíduos diagnosticados a um padrão de comportamento considerado “normal”. E para isso, os pais, são inseridos como o primeiro elo que a criança tem em casa, devem atuar como co-terapeutas dos métodos utilizados na terapia da criança autista.

Isso garante que as técnicas ensinadas sejam efetivamente praticadas em momentos oportunos, longe do consultório médico (REIS; LENZA, 2020).

A ABA (Análise Aplicada do Comportamento) é um método cujo objetivo é compreender o comportamento, através da identificação de habilidades de domínio de uma criança autista. Nesse método, após identificar o perfil da criança, elabora-se um plano terapêutico único, ou seja, em esquema individual, com instruções iniciais e eventualmente com oferta de apoio transitório (REIS; LENZA, 2020).

Fica evidente que, dependendo das necessidades, habilidades e capacidades do paciente, a ajuda pode ser direcionada para o trabalho focal ou global. O trabalho focal caracteriza-se pela redução ou eliminação de sintomas como estereótipos, alterações na comunicação, dificuldades ou atrasos motores e cognitivos, entre outros. Já o trabalho global, no que lhe concerne, tem em vista descobrir o potencial do indivíduo, fornece meios para o resgate de seu desenvolvimento, permitindo assim renovar o processo de desenvolvimento. Evidencia-se que os pais devem ser cautelosos com outras condições patológicas, físicas ou psicológicas que podem estar relacionadas ao transtorno. Esses cuidados são fundamentais durante o tratamento.

### **3 UM BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.**

Após abordamos brevemente a história do autismo, tentamos entender por que ainda assistimos à discriminação e o preconceito com a pessoa com deficiência atualmente? Por que seus direitos básicos são negligenciados? E por qual motivo é difícil para essas pessoas garantir seus direitos? Foram esses questionamentos que nos fizeram indagar alguns pontos que não estavam claros. Então pesquisamos, e constatamos que todos esses aspectos estão relacionados temporalmente. Esses eventos são consequências do fato de que, por muitos séculos esses indivíduos tiveram seus direitos negados.

Os registros apontam que as pessoas com deficiência tinham lugar e papel reservado na sociedade, papel de insuficiência, incompetência e improdutividade. Essas pessoas foram, assim, negadas por muitos séculos, sua condição de sujeitos de direitos foi retirada, inclusive de sua própria condição humana, porque não lhes era garantido nem o direito à vida.

Neste tópico, será apresentado um breve histórico da educação especial no Brasil, visando compreender como a deficiência era percebida nas sociedades primitivas, quais recursos e concepções eram usados para incluir ou excluir aqueles que eram rotulados como anormais e dementes.

A história das pessoas com deficiência nas civilizações antigas é revista por grandes barbáries. O infanticídio era comum nessa época. Segundo Bianchetti (1995), a criança que não se encaixava no padrão de corpos preestabelecidos, eram assassinadas. Na Grécia, quando uma criança nascia com deficiência, era vista como um fardo para a família, um ser incapaz. O extermínio de crianças deficientes era um ato comum nessa época.

Importante frisar que, se uma pessoa apresentasse qualquer diferença física, sensorial ou intelectual, ela seria impedida de participar do convívio social. Em Esparta, se a criança nascesse com algum defeito físico, era abandonada em florestas à própria sorte. Se não morresse de fome, era devorada por animais selvagens.

Em Roma e no Egito, era praticado o infanticídio, através do ato de jogar a criança em rios para se afogarem ou baterem em seus crânios até matá-las. Na Europa, pessoas com necessidades especiais foram excluídas da sociedade e estigmatizadas. Foram rotulados como demônios, algo místico que envolvia feitiçarias e maldições. Conforme afirma Macedo (2014, p. 181):

A deficiência foi considerada um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. Séculos da Inquisição católica e, posteriormente, da rigidez moral e ética

da Reforma Protestante, contribuíram para que as pessoas com deficiência fossem tratadas como a personificação do mal, portanto, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte.

A crença predominante naquela época era que essas crianças eram seres irracionais e sub-humanos, fruto do pecado e do castigo divino, que ao serem mortas e sepultadas, voltavam purificadas e perfeitas, tanto no corpo quanto na inteligência. (BIANCHETTI, 1995).

Percebemos que as crianças com deficiência foram condenadas e suas vidas foram ceifadas como castigo. A aceitação social sempre foi fonte de resistência, marginalização e segregação, essa tríade estava presente nesses períodos. É preciso ter consciência de que esses fatos influenciaram as mudanças de concepções e posições de todas as outras épocas. Desse modo, o tratamento e concepções direcionados às pessoas deficientes eram variáveis conforme a sociedade que elas estavam inseridas. As concepções eram fundamentadas no castigo, exclusão ou caridade.

Garcia (2011) afirma que, olhando para a história antiga e medieval, as pessoas com deficiência recebiam dois tipos de tratamento: rejeição e a eliminação, por um lado, a caridade e proteção piedosa, por outro. Na Roma antiga, nobres e plebeus podiam sacrificar crianças nascidas com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, crianças e pessoas com deficiência eram jogadas ao mar ou em penhascos. Já em Atenas, por influência de Aristóteles, era injustiça tratar desigualmente as pessoas com deficiência, assim, os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade.

A visão da deficiência ganhou uma nova dimensão com o cristianismo, uma visão mais benevolente, embora a deficiência começasse a ser acolhida em parte, ainda havia quem não a aceitasse. Mesmo com a dimensão do cristianismo não foi possível afastar a visão de quem percebia pela presença de espíritos. Sempre prevaleceu a impressão de que sua existência era incompatível com uma vida plena, sendo sempre percebida como algo maligno.

Somente na idade moderna, com a ascensão do capitalismo, surgiu o interesse pela medicina. Ainda assim as pessoas com deficiência sofria preconceito sobre a patologia, pois o que determinava nessa época era as relações econômicas e trabalhista, e por esses sujeitos não poderem oferecer sua mão de obra, eram vistos como sujeitos improdutivos.

Nos séculos XVII e XIX, houve a fase de institucionalização em outros países. Essa fase foi marcada por uma concepção mais organicista, que partia de pressupostos que as deficiências mentais eram causadas por fatores genéticos. No Brasil, o sistema educacional era bem diferente dos métodos educacionais europeus e norte-americanos. Não havia nenhum interesse em escolarizar as crianças que eram rotuladas como anormais, imbecis, dementes entre outras

terminologias. Esse período foi a era da negligência e omissão. Apesar de ter sido encurtada em outros países, no Brasil estendeu-se até a década de 1950 (MIRANDA,2004).

Pessoas com deficiência foram afastadas de suas famílias para serem cuidadas e ensinadas em instituições e escolas especiais que foram construídas com esse propósito. Entretanto, após duras críticas de especialistas ligados ao campo da educação especial, na década de 1930, a deficiência deixou de ser vista como um impedimento para o processo de aprendizagem, e passou a ser percebida como uma condição que exige um apoio e auxílio maior para que as crianças se desenvolvam (DUPIN; SILVA, 2020.)

Dois institutos criados no Rio de Janeiro surgiram como marcos fundamentais para a educação especial, o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e o Instituto dos Surdos e Mudos, em 1857. Ambos tiveram início com a iniciativa do governo imperial regente. Essas instituições representavam grande progresso. Esses dois espaços foram importantes para a sensibilização e discussão em relação à pessoa com deficiência.

A partir do século XIX, surgiram ações mais efetivas para pessoas com deficiência, como apoio educacional. Foram anos de luta e resistência para que essas pessoas com necessidades especiais pudessem conquistar seus espaços na sociedade e serem reconhecidas como cidadãos de direitos. A partir da mencionada época, nota-se uma maior integração desses indivíduos nos ambientes educacionais.

No século XIX, criaram-se estabelecimentos, instituições, espaços e atividades que se concentravam para o atendimento das pessoas com deficiência. No início do século XX, foi fundado mais um instituto: O instituto de Pestalozzi (1926). Este estabelecimento era especializado em atender pessoas com deficiência mental, incluindo o autismo.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, tendo o primeiro atendimento especializado no mesmo ano. Naquela época, não existia uma política pública universal de educação. Apenas se aplicavam concepções especiais de políticas para pensar o acesso ao ensino regular. Dessa maneira, o atendimento especializado não era bem estruturado e não considerava as diferenças de aprendizado.

Com a promulgação da LDB, houve um aumento de organizações privadas de natureza filantrópicas. Em 1962, existiam 16 instituições da APAE e foi criada uma entidade normativa e representativa nacional, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), (FENAPAES), o seu primeiro congresso foi realizado em 1963. Em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país (MENDES, 2010).

Foi possível notar as mudanças que ocorreram ao longo dos séculos. Em 1983, o Dr. Raymond Rosenberg, tratou pacientes que receberam o diagnóstico de autismo. No entanto, ainda eram escassas as informações sobre a patologia. E os pais viviam angustiados, pois não havia tratamento, e os serviços prestados na época eram mínimos.

De acordo com os dados do AMA, neste cenário, os familiares dessas crianças sentiram a necessidade de agir e procurar ajuda para seus filhos. Os pais se reuniram e criaram uma associação para ajudar as crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista, dando-lhes mais autonomia e produtividade. Surgiu a primeira associação de autismo no Brasil, a Associação de Amigos do Autista (AMA).

E por fim, a Constituição Federal (CF) de 1988 universalizou a educação e incluiu todos na escola, garantindo igualdade de oportunidades para todos, independentemente de classe, cor/raça, sexo, religião ou outros fatores. Após a aprovação, foi implementada uma reforma do sistema educacional, com ações justificadas pela necessidade de alcançar a equidade e assegurar uma educação de qualidade para todos. Nesse cenário, à medida que as políticas de inclusão são postas em prática, torna-se evidente a necessidade de uma educação inclusiva como parte integrante para o progresso de um estado democrático.

Sendo assim, o movimento de educação inclusiva é um movimento político, cultural, social e educacional que assegura o direito de todos os alunos estudarem, aprenderem e participarem sem nenhuma forma de discriminações. O conceito de educação inclusiva é baseado no conceito de direitos humanos e inclui igualdade e diferença como valores indivisíveis. A noção de equidade também é reforçada ao contextualizar as circunstâncias históricas que resultaram na exclusão.

### **3.1 Documentos legais que asseguram os direitos das pessoas com autismo: o direito à educação**

As dificuldades encontradas nos sistemas educacionais demonstram a necessidade de enfrentar as práticas de discriminação e criar meios para superá-las. A educação inclusiva ocupa um lugar central no debate sobre a sociedade contemporânea e o papel da educação na superação de uma lógica excludente.

No campo educacional, a inclusão tem se referido aos movimentos estabelecidos no ordenamento jurídico, na organização escolar e na prática educativa visando possibilitar a inclusão e permanência de grupos historicamente excluídos do espaço escolar, seja por questões socioeconômicas ou culturais. Esta é, portanto, uma discussão sobre legislação e programas

oficiais voltados para a implementação de uma política de educação inclusiva, nos diferentes contextos em que essa educação ocorre, especialmente na escola.

Percebemos que as discussões e ações efetivas referentes à inclusão de crianças diagnosticadas com TEA em escolas regulares é algo recente. Durante muitos anos as crianças com necessidades especiais eram privadas e marginalizadas, só frequentava instituições e espaços destinados especificamente às suas singularidades, desta forma, eram excluídas do convívio social e pedagógico. Hoje nos deparamos com avanços e leis que asseguram os direitos dessas crianças.

A trajetória árdua das políticas públicas para uma educação inclusiva possibilitou novos caminhos, abrindo paulatinamente frestas para aqueles que a priori eram chamados de excepcionais, os quais sofreram e ainda são submetidos a conviver, muitas vezes, com a estreiteza das oportunidades. Enquanto muitos defendem o contentamento de uma mera socialização, outra gama de educadores assume a causa da necessidade de maiores diligências a fundamentação de um processo da inclusão pedagógica (BUYTENDORP; BRAGA; DIAS, 2017, p. 15).

Como demonstrado e discutido anteriormente, a educação foi legalmente institucionalizada e as leis que regulam o direito à inclusão reconhecem os alunos com Necessidade Educativa Especial (NEE) como indivíduos com direitos sociais. No Brasil, existem diversas leis que dizem respeito a educação especial e inclusiva e, conseqüentemente, da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Elencamos a seguir algumas das principais legislações:

A Constituição Federal (1988) assegura o direito à educação das pessoas com necessidades especiais, oferecendo um atendimento especializado, nas unidades escolares comuns e instituições especializadas. Em seu art. 208, inciso III, afirma ser dever do estado a educação mediante um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede de ensino regular, a fim de permitir uma integração e inclusão social e pedagógica (BRASIL, 1988).

Como dispositivo dos anos 90, podemos citar a Lei n.º 8.069/90, aprovada em 1990, reconhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seu art. 55, define que os pais devem matricular seus filhos na rede regular de ensino. Esta legislação está empenhada em fortalecer o ensino público e garantir a inclusão, não só educacional, mas também social, com uma direção pedagógica com o intuito do desenvolvimento integral dos alunos (BRASIL, 1990).

A Declaração de Salamanca de 1994, foi uma grande investida para demonstrar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que se atende a todos de forma equitativa, sem distinção, sociais, culturais e econômicas. A declaração ressalta a importância da educação

inclusiva para as pessoas com necessidades especiais. Segundo os fatores que dizem respeito a escola, afirma-se, que é necessário um sistema contínuo de assistência para as crianças com necessidades especiais, indo desde uma assistência mínima na sala de aula até a ajuda de professores especializado e profissionais de apoio externo, conforme a necessidade (BRASIL, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96, ratificada em 1996, a LDB define e organiza todo o sistema educacional brasileiro, da educação infantil ao ensino superior, assegurando o direito social à educação dos alunos brasileiros. Com informações valiosas que servem de base para professores, gestores, familiares, pesquisadores e demais profissionais envolvidos na implementação de uma educação de qualidade e inclusiva. Nos incisos seguintes, observamos como a lei determina a organização das escolas de forma que atendam os alunos independentemente de suas condições físicas, motoras e intelectuais no processo escolar.

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996)

Em 2000, o Brasil adotou a Convenção de Guatemala (1999), cujo objetivo é acabar com todas as formas de preconceito e discriminação contra as pessoas com Deficiência. O decreto n.º 3.956/2001, prevê que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e de liberdades que as outras, sem qualquer tipo de discriminação.

Em 2008, a Política nacional de Educação Especial Perspectiva da Educação Inclusiva foi consolidada. Nomeada pela Portaria n.º 555/2007, e prorrogada pela Portaria n.º 948/2007. É uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em prol do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação. Essa política estabelece uma educação de qualidade para todos e erradica todas as práticas discriminatórias. O documento visa a inclusão de alunos com deficiências, habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas escolas (BRASIL, 2008).

Em 2012, foi um ano demarcado como de progresso para as pessoas com TEA, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como “Lei Berenice Piana”, reconhecendo e enfatizando a importância das pessoas com autismo na sociedade. A Lei Berenice Piana, n.º 12.764, tornou-se referência na proteção de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista. Essa lei garante a inclusão de crianças autistas, principalmente nas escolas regulares.

As escolas são obrigadas a oferecer espaços e prestar serviços. Em seu Art. 2.º, inciso VII, discute o incentivo à formação de profissionais especializados para o atendimento dessas crianças, incluindo pais e familiares. Em seu Art. 03. Parágrafo único aborda o direito ao acompanhante para crianças com transtorno do espectro autista incluídas em salas de aula em escolas regulares. Por fim, em seu artigo 07, estabelece que se o gestor da escola sonegar a matrícula de uma criança com deficiência, ou qualquer outra criança com necessidades especiais, será responsabilizado legalmente e poderá ser multado (BRASIL, 2012).

A Lei Berenice Piana é um dispositivo que visa proporcionar um melhor acompanhamento pedagógico e profissional e dar mais sentido ao currículo. Seu objetivo era mudar a cultura do ensino ultrapassado, insensível, que não considerava as especificidades do alunado. Essa lei foi promulgada objetivando acabar com o “faz de conta” em sala de aula, em que muitos alunos com TEA eram vistos apenas como invisíveis e viviam com resultados forjados e delegações de notas por meio de avaliações que nunca existiram (BUYTENDORP; BRAGA; DIAS, 2017).

A Lei brasileira de inclusão (LBI) n.º 13.146, foi aprovada em 6 de junho de 2015, essa legislação visa fortalecer e apoiar ações afirmativas e inclusivas. A Lei brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência visa promover a igualdade e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Voltando ao direito à educação, estabelece em seu capítulo IV, art.27 concebe que os direitos das pessoas com deficiências sejam assegurados no sistema educacional inclusivo, assegurando o pleno desenvolvimento de habilidade e características plausíveis no desenvolvimento sensorial, físicos e intelectuais. Em seu art. 28 estabelece que compete ao poder público assegurar, criar, implementar, desenvolver, incentivar, acompanhar e avaliar as questões relacionadas às ações inclusivas. (BRASIL, 2015).

Existem muitos estigmas associados a pessoas com autismo. No entanto, é preciso reconhecer que a cidadania é um direito de todos, e não apenas de um determinado grupo social. As pessoas com deficiência também têm o direito a usufruir dos direitos que lhe são garantidos. Eles devem ser vistos como cidadão, com direito à saúde, à educação e, principalmente, à integridade física e moral. Essas leis regulamentam e tratam da necessidade de acessibilidade

nas escolas, recursos adaptados, professores especializados e formação de professores regulares, como sendo pontos essenciais para a construção de escolas inclusivas.

Quando uma sociedade cumpre o que a lei exige, há uma força maior em ação para derrubar barreiras que são perceptíveis atualmente. Quando se trata de educação, é fundamental ter um olhar sensível sobre as crianças com autismo e, principalmente, sobre sua inclusão no ambiente escolar. É importante destacar que, como instituição social, a escola deve reconhecer essa transição, reconhecendo a importância de trabalhar o processo de inclusão nesse espaço e possibilitar o desenvolvimento integral desses alunos.

### **3.2 Relação família e escolas na inclusão de crianças com transtorno do espectro autístico.**

O autismo apresenta uma série de consequências que afetam a vida da criança e de seus familiares, como exemplo, o diagnóstico, o isolamento social e a exclusão escolar. Sabemos que nem todos esses obstáculos podem ser superados, ou são fáceis de encontrar soluções rápidas. É fundamental que a escola entenda o impacto que tais alterações têm na rotina familiar, requerendo dos progenitores muita luta para garantir os direitos de seus filhos, cuidados contínuos, vigilância constante e diversos gastos financeiros.

Como mencionado anteriormente, a família enfrenta muitos dramas quando descobre que seu filho terá um desenvolvimento diferente das outras crianças. As frustrações em relação ao futuro dele, a busca por seus direitos, os vários problemas que vão encontrar ao longo da vida são apenas percepções imediatas. O que realmente os deixam apreensivos são as dúvidas em relação à educação, ao acolhimento na escola, a qualidade do ensino e, inclusive, a profissionalização do corpo docente. Se listarmos, não é nem a metade das inquietações dos familiares, mas uma delas é bastante significativa e traz muitas dúvidas, a inclusão escolar.

Para que a escola tenha sucesso e ofereça uma boa educação, além da inserção da criança com autismo no ambiente educacional, a família precisa ser envolvida para ter êxito na parceria. Porque quando não há relação entre família e escola ou quando não são concordantes, o processo torna-se extremamente difícil e maléfico para a vida escolar do aluno. Cabe à família e à escola priorizar atividades que promovam a inclusão, porém, a responsabilidade dos familiares é maior e fundamental, nesse aspecto, pois esse processo de inclusão começa em casa.

A inclusão é uma revisão do mundo democrático onde a intenção é respeitar os direitos e deveres de todos. Todas as pessoas devem ser respeitadas independentemente de etnia,

deficiência, idade e origem, e esse direito democrático consiste em reconhecer todos os sujeitos como livres, iguais e cidadãos com direito ao exercício da cidadania, de modo que suas limitações não os tornem inferiores ou piores que os demais.

Essa democratização implica a ressignificação dos espaços educativos e requer mudanças de todo o seu contexto. Essas transformações afetam não só a infraestrutura escolar, mas também a formação e capacitação de todos os profissionais que dela fazem parte, pois pensar numa educação inclusiva pressupõe pensar em um modelo inclusivo baseado no respeito às diferenças.

A escola deve estar preparada para atender alunos com TEA e promover a acessibilidade, por meio de um processo colaborativo que remova barreiras arquitetônicas, adapte o mobiliário e produza materiais didático-pedagógicos adequados para esses alunos de acordo com suas necessidades educacionais (BUYTENDORP; BRAGA; DIAS, 2017).

A integração de crianças com transtornos do espectro autista nas escolas deve ter um olhar minucioso em relação às demais, justamente pela rejeição a que essas crianças estão expostas. Não se trata apenas de colocá-los nesse espaço e não dar os devidos cuidados, pois essa é a famosa inclusão ilusória. O crescente número de crianças com autismo matriculadas em escolas regulares tem gerado inúmeros debates com a comunidade escolar sobre estratégias de inclusão. Apesar de contar com marcos legais e diretrizes para educação especial e inclusiva, a escola continua sendo um ambiente desafiador para alunos com TEA.

A inclusão escolar não deve ser entendida apenas como a presença física da criança em sala de aula ou efetivação da matrícula. Para o ensino ser verdadeiramente inclusivo, deve-se ofertar oportunidades iguais de desenvolvimento para todos os alunos, sem exceção. A inclusão não se baseia em categorizar e rotular o indivíduo, mas em elencar e superar as barreiras sociais e educacionais que impedem o acesso à aprendizagem e a participação na escola. Ao ultrapassar estas barreiras, criam-se possibilidades para que todos, e não apenas um grupo específico, possam se beneficiar em resposta às suas necessidades (SANCHES, 2011).

A inclusão escolar efetiva envolve questões complexas e inúmeros fatores dificultosos. Dentre os fatores que impedem a integração dessas crianças, destaca-se a ausência de ferramentas que auxiliem a prática, sobretudo dos professores, personagem imprescindível, para haver uma educação inclusiva de qualidade e compatível com a realidade do aluno (JÚNIOR, 2009). No entanto, esses fatores não significarão a desistência ou a não matrícula dessas crianças, pelo contrário, o aluno não deve deixar de frequentar a escola. A família e os educadores devem incentivá-lo a participar de todas as atividades curriculares, pois o contato com seus colegas e professores favorece a inclusão dele(a) na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação refere-se à importância para a formação do professor, bem como a importância de profissionais especializados para atuar junto ao professor regente e garantir a inclusão do aluno com NEE, destaca-se em seu art. 59, inciso III, a importância de profissionais especializados no atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996).

III — professores com especialização adequada ao nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996)

A Lei Brasileira de Inclusão corrobora com a LDB e assegura em seu Capítulo VI, Artigo 28. Em seus seguintes incisos, dever do estado e da escola, garantir uma educação igualitária e com qualidade para crianças com necessidades especiais, independentemente de suas condições e especificidades. Além de fornecer professores capacitados e serviços de apoio.

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias, intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino de Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, para ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (BRASIL, 2015)

Nos incisos X e XI, destacamos que as escolas devem contar com professores capacitados e profissionais para atendimento educacional especializado e atendimento nas salas de AEE.

Os atendimentos nas salas do AEE não é um reforço escolar, mas é um trabalho conjunto de um especialista especializado e de um professor da sala de aula comum, no qual ambos verificam quais as barreiras que prejudicam o aprendizado do aluno e, desenvolvem um plano individualizado para melhor atender cada caso específico. Ambos os profissionais são importantes no processo ensino aprendizagem dos alunos com autismo incluídos, pois enquanto o professor regular não obtém conhecimentos aperfeiçoados, o professor de AEE no que diz respeito às necessidades educacionais possui conhecimento profundo e formação pedagógica

que proporciona o atendimento especializado, ou seja, ele é o profissional apto a ajudar o professor regular.

Porque por mais que o professor regente tente incluir a criança, ele não consegue, sozinho. A cooperação e envolvimento de todos os membros que fazem parte da comunidade acadêmica é indispensável nessa ação. É preciso que escola, responsáveis, encarregados de educação e núcleos de apoio contribuam juntos para a construção de uma prática inclusiva. O docente junto a equipe escolar devem reavaliar os procedimentos pedagógicos aplicados. Assim, como todo o corpo docente, precisa adequar suas práticas às necessidades para esses alunos. As atividades e o conteúdo para alunos com necessidades educativas são os mesmos dos outros alunos, apenas adaptadas às necessidades de cada aluno.

A educação dessas crianças, devem ser vivenciadas individualmente nas turmas regulares e na sala de ensino especializado (AEE) favorecendo assim a sua sociabilidade. Uma prática pedagógica que deve ser atribuída é a ludicidade, de maneira lúdica o professor pode possibilitar aprendizagens além de proporcionar aulas dinâmicas e atrativas, que não se torna um enfado ou ocasionar irritabilidade.

A acessibilidade que a escola deve oferecer deve ser arquitetônica, comunicativa, metodológica, atitudinal, programática e instrumental. Dentre todas essas acessibilidades, duas se destacam, a instrumental e a comunicativa, pois as escolas não devem ter barreiras que impeçam essas crianças de progredir. Um exemplo de ferramenta de acessibilidade instrumental é a Tecnologia Ativa, ela ajuda os professores a integrar essas crianças não só na sala de aula, mas também fora desse espaço.

Os familiares devem estar atentos e mobilizados para participar, apoiar, trabalhar coletivamente, em união e harmonia. E também devem ter cautela para não exagerar na proteção de uma criança com necessidades especiais, pois isso pode interferir no seu desenvolvimento e a autonomia (LOPES; MARQUEZAN, 2000). Assim, a escola, professores, pais e mães devem se comprometer com a inclusão dessas crianças. A reconstrução é necessária por parte de todos envolvidos.

#### **4 ESTADO DO CONHECIMENTO: VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO E PRÁTICAS INCLUSIVAS.**

Este tópico discute o estado do conhecimento sobre o tema “*Vivências de mães de crianças com autismo e práticas inclusivas*”. Considerando a prevalência de casos de autismo na atualidade, é imprescindível que os futuros profissionais da educação acessem conhecimento sobre o tema, para garantir a inclusão destes sujeitos no ensino regular.

Em um mundo diverso, as discussões desse tema são fundamentais para incitar o respeito em relação às pessoas neurodivergentes, pois o conhecimento é o caminho para a empatia e aceitação, tornando a inclusão uma realidade. Para refletir com mais profundidade o assunto fizemos uma revisão de literatura que permitiu uma visão mais ampla dos relatos e do contexto familiar dessas crianças. Essas pesquisas revelam novos significados, e a complexidade do processo de inclusão.

A notícia do diagnóstico causa uma desregulação emocional nos pais, estes sentem-se inseguros e questionam o futuro do filho, pois não sabem como será o desenvolvimento e a aceitação social e educacional da criança. A falta de conhecimento deixa os pais sem saberem como agir. Diante desse fato e de outras dúvidas em relação ao rumo que esses pais seguem para garantir o direito dos seus filhos, chegamos até à pergunta problema da pesquisa. Dessa forma, procuramos respondê-la através da revisão literatura.

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, apresentada nos capítulos 2, 3 e 4, e no estado do conhecimento, apresentado nesta seção. De acordo com Moreira e Caleffe (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de uma base de dados já existente, que consiste principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica não é revisão ou resenha bibliográfica, já o estado do conhecimento que também é conhecido como estado da arte ou revisão de literatura, é a pesquisa que coleta informações documentais sobre os conhecimentos já existentes sobre o tema pesquisado. Literatura, neste termo, significa um conjunto de trabalhos científicos, filosóficos e técnicos sobre um tópico, questão ou problema específico (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Essa metodologia oferece ao pesquisador sondar o acervo de livros e artigos, entre outros sobre o tema, bem como conhecer o estado da arte, por meio do acesso de pesquisas científicas atuais, validadas e reconhecidas.

O levantamento dos dados foi realizado por meio de busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES<sup>7</sup>. Foi utilizado os descritores autismo e autista na área do conhecimento

---

<sup>7</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

educação com o período de abrangência de 2013 a 2022. A revisão da literatura foi realizada em três fases que são elas, fase I consistindo na busca e seleção dos trabalhos<sup>8</sup>, fase II leitura dos trabalhos na íntegra, e finalizando com a fase III, nesta foi realizado a extração dos dados o que nos permitiu examinar os estudos selecionados e entender o estado da arte do campo de investigação.

Para a busca dos trabalhos utilizamos descritores padronizados, para aperfeiçoar a busca foram acrescentados os termos educação, inclusão escolar, práticas pedagógicas, narrativas de mães de crianças com autismo e relação família e escola. Ao final, foram encontrados 356 combinações consoante os descritores. Os estudos que preencheram os critérios de inclusão foram selecionados, com base nesta ação um documento foi criado sendo feito a separação dos trabalhos que seriam incluídos nas pesquisas. Os trabalhos que se delimitaram ao tema foram escolhidos para serem avaliados por completo. Os critérios seguidos para a seleção foram esses: estudos com foco em vivências e nos depoimentos de mães de crianças com autismo, relações familiares, inclusão escolar, estudos primários e secundários. Logo após, procedeu-se à leitura dos resumos e coleta dos dados quanto aos métodos e resultados.

A leitura e avaliação dos títulos e, eventualmente,<sup>9</sup> dos resumos, dos 356 trabalhos permitiu a seleção de 20 trabalhos em que estão relacionados ao assunto em questão, os trabalhos descartados eram muito abrangentes. Foi realizada a leitura atenta dos resumos dos vinte trabalhos selecionados, os quais foram agrupados em três categorias:

- Experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (Relação mãe/pai com o filho (a) com autismo);
- Práticas de Inclusão;
- Relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo.

#### **4.1 Análise do estado do conhecimento sobre vivências de mães de crianças com autismo e práticas inclusivas.**

Dada a relevância deste estudo, buscamos nas produções científicas estudos que abordam experiências de mães de crianças com autismo na infância, assim como práticas de inclusão. Apresentamos logo abaixo tabelas que apresentam informações detalhadas sobre o

---

<sup>8</sup> As buscas foram realizadas 01/12/2022.

<sup>9</sup> Nos casos em que os títulos não indicavam com precisão a temática da pesquisa, procedeu-se à leitura do resumo também.

tema e como este vem sendo abordado atualmente nas produções científicas. Esses estudos contemplam diversos pontos de vista que caracterizam sua produção real.

Dos 20 trabalhos analisados, a maioria são compostos por estudos transversais e qualitativos. Dentre os selecionados, 3 abordam experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (Relação mãe/pai com o filho (a) com autismo), 11 sobre práticas de inclusão e 6 sobre relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo.

A (tabela 1) Especifica as dissertações e teses, o ano de sua publicação, o número de produções. Ao analisar, percebemos que em 2017 houve uma prevalência maior de pesquisas realizadas em relação aos outros anos. As produções acadêmicas levantadas correspondem a vinte, são 17 dissertações e 3 teses, desenvolvidas em programas de pós-graduação de diversas universidades, defendidas nos respectivos anos.

Tabela 1- Pesquisas relacionadas com a temática norteadora

<b>Tipos de Texto</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Dissertações</b>	3	1	1	1	4	1	4	2	17
<b>Teses</b>			1	1	1				3
<b>Total:</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>20</b>

*Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações-Capes, elaborado pelas autoras, 2023.*

A (tabela 2) lista os autores que escreveram sobre este tema e o ano de sua publicação. Encontramos um pequeno conjunto de dissertações e teses. Não constatamos nada de surpreendente nessa tabela, visto que em nossas pesquisas, tomamos conhecimento que poucos autores desenvolvem suas produções relacionada ao tema.

Tabela 2\_ Autoria das obras encontradas.

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Título da obra</b>	<b>Tipo de texto</b>
<b>Alves</b>	<b>2015</b>	Alunos com autismo na escola: um estudo de práticas de escolarização.	<b>Teses</b>
<b>Bittencourt</b>	<b>2021</b>	Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.	<b>Dissertações</b>
<b>Cesar</b>	<b>2013</b>	Escola Inclusiva e Autismo: saberes e práticas educativas de docentes de uma escola municipal de Belém-PA.	<b>Dissertações</b>
<b>Costa</b>	<b>2016</b>	Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção do	<b>Dissertações</b>

		educador numa perspectiva inclusiva.	
<i>Guareschi</i>	<b>2016</b>	Inclusão Educacional e Autismo: um estudo sobre as práticas escolares	<b>Teses</b>
<i>Heradão</i>	<b>2017</b>	Estudantes com autismo em escolas democráticas: práticas pedagógicas.	<b>Teses</b>
<i>Mendes</i>	<b>2021</b>	Batalhas vivenciadas por mães de autistas: subjetivação, desafios e possibilidades de inclusão.	<b>Dissertações</b>
<i>Oliveira</i>	<b>2017</b>	Prática Pedagógica do Professor com o aluno Autista no contexto da Escola Inclusiva.	<b>Dissertações</b>
<i>Oliveira</i>	<b>2019</b>	A inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: compreendendo a subjetividade materna.	<b>Dissertações</b>
<i>Oliveira</i>	<b>2020</b>	Inclusão escolar de crianças autistas: o que acontece quando família e docentes dialogam?	<b>Dissertações</b>
<i>Pereira</i>	<b>2019</b>	Inclusão escolar e autismo na educação infantil: a participação de alunos com autismo na construção de práticas pedagógicas em turmas de educação infantil.	<b>Dissertações</b>
<i>Pinto</i>	<b>2013</b>	Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.	<b>Dissertações</b>
<i>Ribeiro</i>	<b>2013</b>	A comunicação entre professores e alunos autista no contexto da escola regular: Desafios e possibilidades.	<b>Dissertações</b>
<i>Rodrigues</i>	<b>2015</b>	O processo de inclusão da criança com autismo: mapeando práticas escolares e seus efeitos.	<b>Dissertações</b>
<i>Santos</i>	<b>2017</b>	Apego e Autismo: Uma análise sobre a relação de Apego de uma criança com TEA, seus pares e professoras no contexto inclusivo da educação infantil.	<b>Dissertações</b>
<i>Schaefer</i>	<b>2020</b>	Perspectivas de famílias perante os desafios do processo de inclusão da criança com autismo e com seletividade alimentar na educação infantil.	<b>Dissertações</b>
<i>Siqueira</i>	<b>2020</b>	O autismo e a educação	<b>Dissertações</b>

<b>Tambara</b>	<b>2017</b>	Narrativas de mães de crianças autistas a respeito das primeiras experiências escolares na educação infantil.	<b>Dissertações</b>
<b>Vargas</b>	<b>2014</b>	Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo.	<b>Dissertações</b>
<b>Vecchia</b>	<b>2017</b>	Práticas Pedagógicas no ensino de crianças com autismo na perspectiva da Educação Inclusiva: um olhar do professor.	<b>Dissertações</b>

*Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações-Capes, elaborado pelas autoras, 2023.*

Após a leitura e agrupamento das pesquisas, as mesmas foram divididas em categorias, a (tabela 3) apresenta as categorias e a distribuição das dissertações e teses, além de indicar o percentual de pesquisas realizadas ao longo dos anos.

*Tabela 3\_ Categorização das temáticas das teses e dissertações (2013 – 2021).*

<b>Categorias</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (Relação mãe/pai com o filho (a) com autismo).	3	–	3	15%
Práticas de Inclusão	8	3	11	55%
Relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo	6	–	6	30%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

*Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações-Capes, elaborado pelas autoras, 2023.*

#### **4.2 Experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo (relação mãe/pai com o filho (a) com autismo).**

Iniciaremos com esta categoria, na qual constam estudos sobre relatos e vivências de mães de crianças com autismo, reflexões sobre a subjetividade da mãe e do filho, adaptações e acolhimento escolar. Após busca no banco de dados, identificamos três dissertações que destacam a convivência cotidiana dessas mães. (TAMBARA, 2017), tem em vista explorar a visão de mães de crianças com diagnóstico de TEA sobre as primeiras experiências de seus filhos com a educação infantil. Para tanto, sua pesquisa estabelece uma discussão teórica com autores que abordam a formação do significado da infância, do papel da escola na sociedade e da inclusão de crianças com autismo no ensino regular. A pesquisa tem abordagem qualitativa, como forma de obter dados. Foi realizada uma entrevista com cinco mães de crianças autistas que frequentam creches. Os resultados almejados foram alcançados, porém, a autora salienta que existem muitos entraves que inviabilizam o processo educativo, principalmente no que diz respeito à capacitação de professores.

Ao reunir as mães, a autora destaca que esse momento de conversação foi muito significativo; elas compartilharam suas experiências cotidianas com as demais mães presentes, e embora discutissem seus anseios, também demonstravam-se desesperançadas em relação às legislações vigentes.

A segunda pesquisa apresenta a discussão de que não apenas a criança com autismo, mas toda sua família, convive com aspectos culturais e históricos ligados ao transtorno, sobretudo a mãe. (OLIVEIRA, 2019), investiga os aspectos que configuram e compõem a subjetividade da mãe, no que diz respeito ser mãe de uma criança com diagnóstico recente de autismo. O arcabouço legal é discutido sob a ótica da teoria da subjetividade de González Rey. Conforme o método construtivo-interpretativo, baseado na epistemologia qualitativa de González Rey, os princípios são: o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, a natureza dialógica da investigação, e o valor do estudo de casos como exemplo legítimo de produção e conhecimento. O estudo analisa o caso de duas mães de crianças com diagnóstico recente de autismo, matriculadas no ensino regular, na modalidade Educação Infantil.

Por fim, suas considerações ressaltam a importância de uma parceria colaborativa entre escola e família para a inclusão de crianças com autismo. Tal entendimento leva em consideração as condições complexas da inclusão escolar de crianças com autismo na educação infantil, sinalizando oportunidades para ações mais efetivas na promoção de um trabalho colaborativo entre escola e família.

A pesquisa mais recente é de autoria de Mendes, esse estudo é o que mais se relaciona com o tema de nosso interesse. (MENDES, 2021) defende que é crescente o aumento do número de crianças autistas matriculadas em escolas regulares e que o apoio familiar é algo muito

positivo nestes casos, destacando a mãe como principal e única provedora de cuidados com a criança. Fica evidente que a autora tem em vista entender como as mães lidam com os desafios cotidianos. Buscamos também entender como as mães vivenciam essa experiência em seu cotidiano, pois sabemos o quanto uma criança com autismo requer cuidados.

A pesquisa pautou-se no campo teórico da psicanálise na interface com a educação. É uma pesquisa qualitativa que usou dois estudos de caso. Para obtenção das informações foram realizadas entrevistas semiestruturadas, transcritas e analisadas sobre os conceitos da psicanálise em sua interface com a educação e inclusão. Foram entrevistadas duas mães: uma mãe de uma menina de 16 anos com diagnóstico de autismo severo e a outra mãe de um menino de 5 anos com diagnóstico de autismo leve, ambos alunos de escolas públicas. A partir dos resultados descritos pela autora percebemos as diferenças subjetivas das mães que lutam com o autismo, e conseqüentemente, também na forma como vivenciam suas lutas pela inclusão.

Os estudos são bastante esclarecedores, todos os três apontam para a participação das mães no processo de escolarização de seus filhos, além de discutir questões relacionadas à adaptação e rotina familiar. Na pesquisa, (Oliveira, 2019) destaca parte das entrevistas dos participantes e através de um relato de uma mãe (nome fictício Ágatha) percebe-se em sua narrativa, o quanto a rotina se torna cansativa, pois além dos cuidados do seu filho com autismo, ela tem outro filho e trabalha fora, tudo isso se torna desgastante. Seu relato afirma que embora ela tenha a sua mãe, a avó da criança, como rede de apoio, a maior responsabilidade é dela. O pai apresentado em seu relato pela abreviatura R., embora a ajude, a responsabilidade dela em relação aos cuidados com os filhos é bem maior.

Eu trabalho o dia todo, então ele fica a maior parte do tempo com a minha mãe. R. vai para o trabalho leva ele para minha mãe e eu pego no fim da tarde. (Dinâmica Conversacional 3).

E também tem a terapia duas vezes por semana. Às vezes, é um pouco corrido porque tenho que fazer muita coisa sozinha por causa do trabalho de R. Querendo ou não isso cansa a gente. [...] A chegada de A. J. também ajuda nisso, porque os bebês tomam muito tempo. Aí o cansaço aumenta mais um tiquinho (risos). (Dinâmica Conversacional 3 (OLIVEIRA, 2019, p.85)

Extraímos desse relato o quanto a rotina pode ser cansativa. A mãe referem-se as dificuldades de comunicação com o filho, por ele não ser verbal, dificulta especialmente nos momentos de crise. Ela explicou a seguir que odeia as crises nervosas resultantes do autismo, e mencionou ainda a falta de paciência que também resulta do desgaste causado pelos comprometimentos que a patologia traz.

Acho que estou mais impaciente com as crises de L. E também o fato dele ainda não falar, só emite algumas palavras. Quero ser mais paciente com ele. Acho que falta de paciência com as crises só piora a situação. [...] É muito corrido tudo. Quando está em casa, o R. me ajuda muito, mas no geral sou eu. (Dinâmica Conversacional 3).

Se eu tivesse poderes mudaria em minha vida “as crises de nervosismo de L. (Frase 50 – Complemento de Frase).

A coisa que mais odeio no autismo “as crises nervosas de L.”. (Frase 72 – Complemento de Frase). Às vezes meu marido perde a paciência com L. Eu também. Tento me controlar, mas nem sempre consigo, por isso entendo o meu esposo. O cansaço, o bebê e o fato de L. não saber falar... tudo atrapalha. Criança às vezes tira a gente do sério. (Dinâmica Conversacional 3(OLIVEIRA, 2019, p.89).

Além do desgaste emocional, essas mães ainda enfrentam obstáculos para a inclusão. Diante das necessidades da criança, o acompanhamento especializado é garantido por lei, porém, na pesquisa de (TAMBARA, 2017), uma mãe explica que esse direito é sonogado porque na escola onde o filho dela estuda, ao invés de um especialista especializado, a escola oferecia uma cuidadora sem nenhuma qualificação e essa ainda tinha que atender mais de uma criança.

[...] Sabia que por lei meu filho tinha direito e a gente começou a discutir e aí veio a Equipe de Inclusão da Secretaria, até então eu nunca tinha conversado com elas. E a gente bateu bem de frente. Eu discuti muito com ela. [...] não sei se ela está acostumada a lidar com mães que desconhecem as leis e os direitos. Ela veio falando meia dúzia de leis e falando que o meu filho estava atendido, porque ele tinha assistente e que não tinha nada que obrigasse a ter um para cada um [...] E falei que eu conhecia as leis e os direitos dos meus filhos. Enfim, ela [...] me pediu 40 dias de experiência só com uma acompanhante (Fabiana) (TAMBARA,2017, p.10).

### **4.3 Práticas de inclusão**

Ribeiro (2013) discute as práticas que permeiam a inclusão de alunos de uma escola de Belém, a autora interessou-se pelo tema no estágio do curso de pedagogia. O estágio lhe permitiu observar uma sala de aula e ela constatou casos de exclusão para crianças com o TEA no contexto educacional. Através do ocorrido, despertou nela o interesse em saber o porquê dessa segregação e como o corpo docente entende a educação inclusiva. Trata-se de pesquisa de campo com metodologia baseada na abordagem qualitativa. Como parte da pesquisa, foram entrevistadas três professoras, sendo duas professoras da classe regular e uma professora do atendimento especializado de uma Escola Municipal de Belém. O estudo aspirou analisar os saberes e práticas que permeiam o cotidiano de professores/as no que se refere à inclusão do aluno autista em escola pública.

A autora afirma que a falta de conhecimento dos professores sobre o transtorno do neurodesenvolvimento é o impedimento para uma boa relação com o aluno autista, além disso, salienta que a escola como um todo não tem noção do que realmente é o autismo.

Pinto (2013), conduziu uma pesquisa entre educação e filosofia fenomenológica através de um estudo de caso, onde a autora procura explorar práticas pedagógicas inclusivas dirigidas a um aluno com diagnóstico de autismo, matriculado no primeiro ano do fundamental de uma escola de ensino infantil. Em sua dissertação a autora dialoga sobre as práticas pedagógicas em que eram direcionadas para o mesmo. Além disso, lançou um olhar para as concepções de cinco educadores que trabalhavam com ele para conhecer a visão de cada um deles sobre o tema educação inclusiva e autismo. O estudo tem um enfoque fenomenológico, com abordagem qualitativa, cuja metodologia baseou-se em estudo de caso fenomenológico, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e registro fotográfico, esses foram os meios de obter dados.

Como resultado do estudo, a autora explica haver dificuldades na escola para a implementação de uma educação inclusiva, e ainda existe falta de conhecimento do corpo docente sobre o autismo, levando a uma visão estereotipada do assunto. Além disso, houve poucas oportunidades de socialização e interação com os alunos em atividades lúdicas. Logo, apontou a necessidade de uma prática pedagógica sistematizada e contextualizada voltada para o aluno com autismo, possibilitada pela observação e registro consistentes do cotidiano no contexto escolar, de modo a identificar as necessidades dos indivíduos.

Rodrigues (2015) se preocupa com o despreparo dos professores e enriquece sua pesquisa com dados que mostram isso. A autora afirma que esses fatos servem de barreira ao processo de inclusão de alunos com autismo. Seu estudo é classificado como etnográfico, e analisa a inclusão de uma criança em uma escola do município de Arraial do Cabo. A investigação de dados foi realizada por meio da técnica de observação não participante nesta escola, utilizando como instrumentos de coleta diário de campo e entrevistas semiestruturadas com professores ligados diretamente ao aluno, e a utilização da técnica de análise de conteúdo para analisar os dados. Como resultado, a autora discorre sobre o processo de inserção das crianças do público-alvo da educação especial, permeado por diversas influências, culturais, políticas, internas e externas. Diante disso, ela conclui que muitos obstáculos surgem no processo de inclusão e os principais, dentre os observados, é a formação profissional precária ou ausência dela, bem como a falta de práticas pedagógicas e inclusivas que auxiliem integrar as crianças no espaço educacional.

As atividades com figurinhas e massa de modelar ajuda as crianças a se expressarem com os colegas e com a professora. Esses materiais oferecem às crianças a oportunidade de aprender e descobrir gradualmente os conceitos da linguagem. Assim como o relato da

professora na pesquisa GUARESCHI (2016), essa professora também utiliza recursos artísticos e lúdicos para manter a comunicação com a criança.

“Mariá me apresenta uma lousa e umas cartas com figuras e palavras que ela mesma confeccionou para realizar atividades com Rui, ela chama essas cartas de “comunicação alternativa””. (Prof.<sup>a</sup> de apoio desenvolvendo atividade orientada pela supervisora itinerante, DC, 4º encontro, março) (RODRIGUES,2015, p.85).

O estudo de Siqueira (2020), é uma revisão da literatura que visa conhecer as publicações de produções brasileiras recentes sobre autismo, a fim de identificar lacunas e propor novas pesquisas. Sua busca rendeu um farto material, no qual apresenta conceitos e definições sobre autismo e educação infantil que, ao serem lidos e analisados por outros pesquisadores, a estimulam a conhecer a fundo o tema e ver como este tem sido descrito nas produções brasileiras.

A autora mostra as dificuldades enfrentadas pelos familiares, professores e equipe multidisciplinar, seja na mediação da aprendizagem para a adaptação da criança à sociedade, como também no desenvolvimento e na estimulação da socialização dessas crianças em uma sociedade com pouca informação e interesse em integrá-las em seus contextos diversos. O estudo foi desenvolvido usando uma metodologia qualitativa com base na análise documental e na análise da literatura.

Os resultados apontam para a necessidade de se criarem grupos de pesquisa nas universidades, voltados para o acompanhamento de alunos com autismo no processo de inclusão educacional, com ênfase na formação de professores e na prática inclusiva. Enfatizou que o campo da educação poderia contribuir com a realização de estudos com foco em metodologias ou ferramentas didáticas sistematizadas para a aprendizagem e inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A pesquisa de César (2013), analisou os saberes e práticas docentes em associação à inclusão de alunos com espectro. O estudo objetivou investigar as práticas pedagógicas presentes em uma escola municipal de Belém do Pará. A metodologia escolhida pela autora foi a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas. A pesquisa traz reflexões sobre o processo gradual e interativo de inclusão que deve ser realizado por todos os atores sociais envolvidos nesse processo, a formação e qualificação desse profissional envolvido no processo de inclusão; a participação do aluno na sociedade em que vive; a comunidade do entorno da escola, sua postura de respeito às diferenças e à diversidade como princípio básico.

Foram entrevistadas três professoras, sendo duas professoras regentes e uma professora do atendimento educacional especializado. Em suas reflexões, a autora destaca que em relação

à metodologia desenvolvida pelos docentes em sala de aula, constatou-se que eles não estão qualificados para acolher alunos com autismo. Porque ao observar a turma, ela percebeu que os alunos estão ali, mas os professores não conhecem as diferentes metodologias para atender aquele corpo discente. Fica evidente essa afirmação nessa passagem:

No início do período letivo, sim. Preparava atividade diferenciada, mas não consegui chamar a atenção do aluno, não consegui fazê-lo concentrar-se para realizar as atividades que planejava, então parei de tentar, apenas cuido bem dele. (PROFESSORA 2) (CÉSAR, 2013, p. 58).

Não foi possível realizar nenhuma avaliação. Não uso nenhuma metodologia diferente para o atendimento do aluno. Não tenho formação para isso. E não vejo resultados no atendimento realizado pela professora especial. Pois classifico como insuficiente para a necessidade do aluno autista. Apenas dispensando atenção especial no cuidado com ele (PROFESSORA 2) (CÉSAR, 2013, p.63).

Alves (2015) teve em vista saber como as práticas pedagógicas inclusivas são aplicadas nas escolas e como são direcionadas aos alunos com TEA. Para isso, foi realizado entrevistas com professores regentes e do Atendimento Educacional Especializado, aos quais lecionam com alunos autistas. A pesquisa traz considerações críticas e problematizações de como se dava a escolarização dos alunos com TEA na escola em questão. Em suas conclusões, a pesquisadora aponta que o trabalho não cogita apontar uma solução para procedimentos pedagógicos desenvolvidos com alunos com autismo. Sua intenção é levantar questões para que novas tendências e possibilidades possam emergir da pesquisa.

As suas observações documentaram ações voltadas para a inclusão de alunos com autismo. A instituição apresenta práticas pedagógicas excludentes, pois ao permitir que o aluno seja retirado da sala de aula para ser ensinado em outro espaço, faz com que ele se questione e atribui ao docente um papel educativo e civilizador. A autora argumenta que a escola é homogeneizadora e não dá o devido acolhimento à diversidade.

Heradão (2020) examina o processo de inclusão de alunos com autismo em escolas democráticas. A pesquisa é qualitativa, de estudo de caso, com observação participante, análise documental, entrevistas e fotografias são as ferramentas de coleta de dados. A pesquisadora ficou por duas semanas no local, dando um total de quinze dias. A pesquisa teve como público-alvo: cinco professoras, duas professoras do AEE, uma estagiária, uma auxiliar de classe, uma coordenadora e uma diretora e três alunos com autismo. Como resultado, a autora concluiu que as escolas democráticas são mais inclusivas, visto que procuram estabelecer e modernizar as relações interpessoais e profissionais para integrar os alunos com autismo e os que enfrentam dificuldades. Sistematizando as práticas pedagógicas, a pesquisadora conseguiu criar treze

cenas e estas indicam que mesmo nas escolas democráticas, as práticas educacionais tendem a ser parecidas com as das escolas tradicionais.

A pesquisa de Oliveira (2017) se baseia em um estudo de caso de uma criança com autismo e uma professora do 5º ano que enfrentaram o processo de inclusão com caráter qualitativo. As técnicas de coleta de dados foram a observação direta e a entrevista narrativa. Os participantes da pesquisa foram duas professoras do 5º ano do ensino fundamental, uma da sala de aula comum que leciona para alunos com necessidades educativas no turno oposto e uma professora de educação física. A pesquisadora revela que os professores tiveram muita dificuldade para elaborar as atividades. Além disso, percebeu a ausência de qualificação por parte deles provocando um desconhecimento sobre as particularidades das crianças. Verificou-se que os professores não buscam introduzir novas metodologias que garantam a participação e interação de todos. Assim, nem toda prática educativa é elaborada de maneira inclusiva no caso analisado.

(VECCHIA, 2017) aponta que há poucas pesquisas que abordam crianças com autismo publicadas no cenário científico brasileiro. O âmbito social e comportamental deste tema tem sido muito discutido e pouco analisado no âmbito pedagógico da inclusão destas crianças. O estudo é uma pesquisa qualitativa e descritiva utilizando entrevista e observação como ferramentas de coleta de dados. Participaram da pesquisa duas crianças matriculadas em escolas municipais e quatro professoras que atendem crianças com autismo em classes regulares.

A pesquisa destaca a importância da capacitação continuada para professores que trabalham com crianças com autismo, pois cada criança responde de maneira diferente a cada ferramenta mediada. A autora conclui que na escola observada os professores tiveram dificuldades porque não estavam preparados para lidar com as crianças autistas em sala de aula. Então ela orienta que os docentes deveriam conhecer cada aluno, porque cada criança apresentava particularidades difusas em relação as outras.

A obra de (GUARESCHI, 2016), concentrou-se em investigar práticas inclusivas criadas para ajudar crianças com diagnóstico de autismo na educação infantil e ensino fundamental em uma escola do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a autora procurou estabelecer um diálogo entre os campos da psicanálise e da educação especial e inclusiva. A conexão desses dois campos levou a dois pontos de partida teóricos, sendo a primeira a compreensão do desenvolvimento da criança e a segunda a existência de problemas na constituição subjetiva do autismo que se tornam evidentes nas manifestações observadas no ambiente escolar com uma metodologia documental de análise de documentos pedagógicos e planos individualizados de atendimento pedagógico especializado, elaborados por professoras com pós em educação

especial. Como resultado, a autora demonstra que as atividades escolares criadas na escola para a inclusão de alunos com TEA não são bem executadas na escola.

Por meio desse relato, pode-se perceber que a professora utiliza figuras como forma de se comunicar com a criança, o que mostra que esse material utilizado auxilia a criança a se expressar e se comunicar:

A fim de estabelecer uma comunicação recorro a imagens, onde identifico dizendo a quem se refere, possibilitando ao João ter contato visual com várias imagens. O objetivo é permitir que no decorrer ele possa identificá-las, associando-as com seu contexto real. (Prof. Beatriz, Aluno João, Excerto do Parecer Pedagógico) (GUARESCHI, 2016, p.140).

(PEREIRA, 2019), discute os desafios e responsabilidades que a inclusão escolar traz, bem como as oportunidades que ela oferece. Para a inclusão acontecer de fato, as práticas excludentes precisam ser quebradas e mesmo com adaptação de alguns recursos, a pesquisadora enfatizou que sentiu falta de recursos pedagógicos e eventos educativos nas escolas que auxiliem as crianças no ensino aprendizagem. Assim como a autora, durante o estágio na educação infantil percebemos as fragilidades que os professores enfrentam em sala de aula ao procurarem desenvolver atividades adaptadas para atender alunos com necessidades especiais. Com uma visão tradicionalista, o professor introduziu atividades para outras crianças, e para a criança em questão, apenas aplicou uma imagem que o mesmo pintava durante todo tempo da aula. Dessa forma, sentimos falta de recursos e metodologias que estimulassem as crianças. É óbvio que as crianças com transtorno do espectro autista precisam de ratificação sistemática do que foi apreendido, sendo preciso que o docente sempre esteja repetindo os mesmos conteúdos e exercícios até que a criança domine completamente.

Eu tento fazer uma coisa que contemple a todos, então assim se eu penso numa atividade eu penso na atividade pra turma, mas também como o Felipe vai conseguir desenvolver aquela atividade. Professora Conceição (PERREIRA, 2019, p.75).

Para diversificar a prática pedagógica, o professor deve conhecer as dificuldades do aluno, como ele se desenvolve em sala de aula, para então construir diferentes procedimentos pedagógicos nos quais ele irá atender a todos. Porque cada aluno é único e carrega bagagens e saberes diferentes, então a escola e os professores têm que se adaptar e agir diferentemente em cada caso.

Os professores devem usar metodologias diferenciadas que considerem as crianças com espectro. Nessa perspectiva, o contexto escolar inclusivo deve se adequar para que todos se sintam incluídos, respeitar a diversidade e promover oportunidades de permanência, bem como desenvolver estratégias que aprimorem as práticas pedagógicas, organizem seus currículos e

projeto político pedagógico que considere a diversidade da comunidade escolar, garantindo a inclusão e permanência de todos.

#### **4.4 Relação família-escola, professor-aluno com autismo.**

A pesquisa de (COSTA, 2016), segue um projeto de estudo de caso múltiplo envolvendo 12 educadores que atendem alunos diagnosticados com TEA em salas de aula regulares. Foram analisados a relação professor/ aluno, os relatos docentes sobre as dificuldades comportamentais e emocionais apresentadas pelas crianças no contexto escolar, e a influência da família nesse processo. No entanto, esses mesmos educadores relataram que o maior problema com o qual lidam são as características comportamentais do autismo, principalmente a agressividade, na qual é vista como uma barreira de aprendizagem para esses alunos. Nos resultados, em respeito à relação professor e aluno, o autor discute que os professores relatam que as experiências adquiridas anteriormente com alunos com TEA influencia positivamente na sua prática e na convivência em sala.

A dissertação de (BITTENCOURT, 2021) examina a cooperação entre pais, professores e a escola no apoio à escolarização de alunos com autismo, segundo a autora, o contato frequente entre pais e professores é fator determinante para uma relação de parceria colaborativa efetiva. Para esse estudo foi elaborado um questionário para obtenção dos dados e uma avaliação de indicadores de cooperação entre pais e professores. Neste questionário, os pais responderam às indicações de parceria de cooperação dadas pelos professores, sendo que as indicações dadas pelos pais foram analisadas e os dados foram armazenados para possíveis pesquisas futuras. O estudo foi realizado em três escolas públicas do município de Santa Maria, e envolveu professores, familiares e crianças com autismo.

O objetivo deste estudo foi desenvolver um roteiro de entrevista para avaliar a parceria entre pais e professores, além disso, investigar a presença dos familiares, especialmente em termos de planejamento e desenvolvimento de intervenções pedagógicas para alunos com transtorno do Espectro Autista. Em suas considerações a autora argumenta que desde o roteiro de entrevista já foi possível elencar indicadores de uma parceria colaborativa presente na relação pais-professores.

Nesse relato, a professora revela que os pais não são participativos e esse desinteresse pela educação da criança ocasiona problemas na comunicação, pois segundo a professora, ela não se sente interessada em comunicar ou consultar os pais antes de traçar o plano de ensino, pois na maioria das vezes a família não investe na criança como deveria. Constatamos que o

engajamento nas relações família-escola-professor, no que diz respeito ao envolvimento dos pais na escola, bem como à qualidade e frequência da comunicação entre eles, é muito defasado.

“Não! Todas às vezes que eu tentei ter essa troca, que eu tentei perguntar para os pais, eu senti que eles se sentiram incomodados, no sentido porque eu queria saber? (...). Principalmente porque eles não investem nele (aluno/filho), não levam para participar de associações, de esportes, disso ou daquilo”. (Prof.4)

Apesar de vários estudos terem abordado relação família/escola, professor/aluno com autismo. (SANTOS, 2017), têm como foco debater mais profundamente sobre as relações que os professores mantêm com as crianças diagnosticadas. Ela discorre sobre como a afetividade entre professor e aluno pode contribuir no processo de ensino, sendo este o tema principal da pesquisa, realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Dado que o estudo se concentra nas relações de apego entre crianças com TEA e seus pares, além de analisar a qualidade das relações sócio afetivas estabelecidas por essas crianças com seus colegas de interação nesse contexto.

A principal questão levantada por (SANTOS, 2017) é compreender o afeto como elemento primordial para a formação de personalidade e como um ponto positivo no desenvolvimento emocional dessas crianças. Em sua pesquisa foi feito um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos incluíram gravações em vídeo da rotina escolar vivenciada pela criança em questão, bem como das relações estabelecidas no momento das gravações. A autora conclui que a criação de uma relação de apego pode favorecer a inclusão.

No caso da pesquisa de (VARGAS, 2014), a autora tenta verificar as relações da escola com as mães de crianças com autismo, a autora afirma em seu estudo que apesar de o autismo ter se tornado mais visível atualmente, ainda há muito a se fazer e principalmente quando se analisa como esse tema tem sido abordado. Ele dialoga que ainda são poucas pesquisas que discutem sobre crianças com autismo, porém esse quadro fica ainda pior quando se trata da relação entre escola e família. O objetivo foi investigar a relação da escola com as mães onde os filhos têm autismo. O estudo teve um delineamento exploratório, descritivo e transversal. O estudo analisou vários casos. Foi realizada uma entrevista com três professoras e três mães com filhos na faixa etária infantil que frequentam a educação infantil de uma escola municipal.

Os resultados apresentados pela autora demonstram que a comunicação escola e o lar casa é insuficiente segundo as mães. Quanto à questão de como a escola auxilia as mães a priorizar o aprendizado de seus filhos, ela observou que as orientações dos professores focam mais nas dificuldades dos alunos do que nas suas potencialidades.

Questionado por Vargas sobre como ocorre a comunicação com os pais, a professora responde que o tempo é limitado e para os professores manterem esse contato é necessário aumentar o turno. Entende-se, portanto, que tal contato com os pais não ocorre. E ela ainda acrescenta que não é possível atender os pais individualizada no dia da entrega dos pareceres devido à alta demanda.

“Olha, é seria o ideal. Mas a gente não tem é tempo. Se nós vamos parar pra conversar com os pais, também não vamos trabalhar em sala de aula ou então tem que ter um turno maior de trabalho. É importante claro. Que geralmente assim, quando tem entrega de pareceres. É difícil o pai que chega aqui e fica, tem um tempo ‘x’ pra ti atender ele. Chegam todos os pais no mesmo momento e querem todos serem atendidos primeiro. No geral tu pode até dizer algumas coisas, no geral, mas não vai resolver às vezes. Às vezes na entrega de pareceres é uma rapidez assim, os pais têm que trabalhar, ou as mães têm não sei o quê, e ficam bravas e irritadas porque esperam, porque aguardam (VARGAS,2014, p. 62)”.

Para (SCHAEFER, 2020), fica evidente que o caminho para a solução dos problemas é a parceria entre família e escola mediado pelo diálogo. A autora traz reflexões muito pertinentes ao conduzir um diálogo sobre dois temas fundamentais, sendo educação e alimentação. Relatando que a maioria das crianças com autismo têm seletividade alimentar, nesse sentido a autora busca apurar como essa mediação é realizada pela escola, e para que essa mediação aconteça é preciso manter contato com a família e responsáveis e assim analisar com o profissional da saúde como esse problema pode ser resolvido. A metodologia deste estudo privilegia uma abordagem qualitativa e exploratória, por ser considerada a mais adequada para investigar e compreender as necessidades de uma criança com seletividade alimentar e a relação família-escola no processo de inclusão/adaptação escolar.

Em suas conclusões, a autora destaca que ainda há poucas pesquisas nesta área, considerando o diálogo entre escola, famílias, professores no processo de inclusão escolar, possibilitando o compartilhamento de experiências vividas e pesquisas, principalmente ao nível nacional, portanto apontam a necessidade de novos estudos que apresentem reflexões e questionamentos a respeito do tema em questão.

Por fim, o objetivo de (OLIVEIRA, 2020), é averiguar as experiências de familiares e professores no processo de inclusão de crianças autistas em escolas regulares. Professores e familiares foram convidados a dialogar e realizar uma reflexão conjunta sobre as estratégias de mediação que podem ser criadas em cooperação entre estes pares, mães e professores. A pesquisa de campo ocorreu entre agosto e novembro de 2019. Seis pais, mães e uma professora, participaram da pesquisa como colaboradores diretos. Constatou-se que a interação entre família e escola é, muitas vezes, descrita pelos participantes como conflituosa, sobretudo, quando os membros envolvidos nesta relação não cooperam.

A maioria dos apresentados nesta categoria possui elementos comuns. Todos tratam da relação entre escola, família, aluno e professor, mas cada um tem objetivos e temáticas diferentes. César (2013) trata da relação professor-aluno no contexto explícito de segregação e exclusão. Os autores Santos (2017) e Costa (2016) consideram a afetividade como essencial para uma boa convivência em sala de aula e ressaltam a relação de crianças com TEA e seus pares. Bittencourt (2021) e Vargas (2014) afirmam que a solução para resolução da maioria dos problemas é estabelecer parcerias colaborativas, pois essas são estratégias para o processo de inclusão, e esses modelos colaborativos visam fazer com que todos participem e se sintam responsáveis pelo processo de inclusão.

Os autores ainda destacam que a cooperação e o diálogo entre professores e familiares auxiliam na reflexão dos seus métodos, na compreensão dos seus erros, e na busca por respostas para situações problemas. (OLIVEIRA, 2020; SCHAEFER, 2020) têm o mesmo raciocínio, as autoras destacam a importância da família na escola para uma mediação significativa dos profissionais, pois crianças com autismo sofrem um processo de adaptação difícil ao entrar nesses espaços, e orientam que as mães devem manter essa aliança com a instituição, pois elas melhor entendem os seus filhos.

A maioria dos autores nesta categoria argumentam haver muito pouca pesquisa relacionada ao Transtorno do Espectro do Autismo, especialmente em relação às suas famílias. Nota-se que as pesquisas publicadas nas bases de dados concentram-se mais na criança com autismo, porém com pouca abordagem na família. Além disso, muito pouco se discute sobre o autismo na fase adulta. Este fato já foi explicado diversas vezes por outros autores. Foi também nossa inquietação, por isso decidimos investigar este tema.

Com base nas nossas pesquisas, encontramos pouquíssimas abordagens que chegassem a falar sobre as vivências dessas mães que têm filhos com diagnóstico do espectro. A vida e a dinâmica familiar devem ser ajustadas e adaptadas às crianças com autismo que, notoriamente, requerem uma atenção especial dos pais. Almejamos ter uma compreensão a mais sobre essa vida diária desses familiares. O nosso intuito era entender como é o cuidado de quem cuida e, após nossas investigações e análises dessas teses e dissertações, percebemos que há poucas discussões.

#### **4.5 Discussão**

Os trabalhos foram unânimes, trouxeram depoimentos de mães e docentes. Apesar dos avanços nos últimos anos, o assunto é pouco explorado em relação ao Transtorno do Espectro

Autista e à Vivência da Mães. A falta de estudo nessa área implica na impossibilidade de outras mães e familiares terem acesso a presente temática. A nossa pergunta problema foi respondida com base nessas fontes. A partir dos apontamentos e informações levantadas, identificamos a necessidade que esses relatos teriam para os pais que estão no processo inicial de busca por um diagnóstico e tratamento. Há diversas outras fontes excelentes que não foram inclusas, embora tenhamos apresentado uma amostra de bons trabalhos que estão disponíveis.

Considerando as vivências das mães da categoria I, percebe-se que elas buscam alternativas que tragam bem-estar e melhor qualidade de vida para seus filhos. Ficou evidente nos relatos que o autismo também afeta muito a vida dessas mulheres e causa altos níveis de estresse. No entanto, apenas o apoio familiar não é suficiente quando uma criança apresenta muitas limitações. É necessário um acompanhamento que inclua profissionais de saúde e da educação.

É possível notar, através dos estudos, o quanto é necessária uma rede de apoio para essas mulheres. De um local que dê assistência a fim de auxiliá-las a tornar a experiência da maternidade menos dolorosa e até mesmo ajudar a preservar sua saúde mental, por isso é importante pensar não só na criança com autismo, mas também em seus familiares e, principalmente na mãe da criança, ou seja, todos devem serem acolhidos e receberem assistência psicológica. É admirável o quanto essas mulheres se doam para cuidar dos seus filhos e até o quanto abdicam da sua própria vida para viver por eles.

As escolas devem oferecer as condições mínimas regulamentadas por lei para atender crianças com necessidades especiais. Ou seja, ter adaptações e organizações voltadas para a diversidade. Porém, por meio de estudos evidenciamos algumas das limitações e fragilidades dessas escolas, em relação ao corpo docente, estrutura arquitetônica e formação dos profissionais atuantes. Para que todas as crianças tenham oportunidades iguais em sala de aula, serão necessárias estratégias alternativas e processos mediadores para desenvolver esses sujeitos. Destaca-se, portanto, que algumas escolas não conseguem atender às condições mínimas para receber essas crianças.

## 5 ALGUMAS ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na revisão de literatura buscamos teses, artigos e dissertações sobre autismo e família na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apesar do aumento de estudos nos últimos anos, percebemos que há uma escassez de publicações sobre esse assunto. Essa escassez limita o conhecimento científico nessa área. Apesar de ter sido usado apenas um banco de dados para a coleta de informações, este levantamento mostra a necessidade de que mais pesquisas precisam ser realizadas e tornem evidentes as histórias, bagagens e relatos dessas mães.

Almejamos que mais pessoas se interessem e pesquisem, destacando as experiências dessas mães, tornando-as assim suas lutas mais visíveis, uma vez que compartilhar suas histórias pode auxiliar os pais que estão no processo inicial de diagnóstico de seus filhos. Embora a divulgação de pesquisas com esse foco pouco ajude os participantes da mesma a superar as dificuldades, as informações transmitidas podem ser úteis para outras pessoas que se sentem perdidas e sem direção.

Podemos, através da revisão de literatura, aprimorar nossos conhecimentos, e alcançar os objetivos pretendidos. Adentrar no universo íntimo dessas mães, através desses relatos virtuais, foi extremamente proveitoso, compartilhar de suas histórias. Ainda há muito para se pesquisar sobre o Transtorno do Espectro Autista, pois, os estudos não se esgotam com a nossa pesquisa.

Em relação aos autores mencionados no estado da arte, alguns estudos foram bastante relevantes, os três estudos que compõem a categoria I (Experiências, vivências, relatos de mães de crianças com autismo, relação mãe/pai com o filho (a) com autismo). Chamaram nossa atenção por serem mais próximos ao nosso tema de interesse. Os estudos argumentam sobre o autismo na realidade e tentam explicar alguns dos problemas que essas mães vivenciam no dia a dia. Revelando o que mães de crianças com autismo relatam, sobre os cuidados necessários diariamente que as crianças precisam, e sobre a sobrecarga e exaustão. Essas mães salientam que esses desafios e momentos caóticos são apenas vivenciados no início do diagnóstico. Com o tempo, o tratamento e intervenção adequados, essas crianças começam a se desenvolver, com a melhora do estado da criança, as dificuldades começam a ser resolvidas. A criança adquire autonomia, tornando a rotina da mãe menos exaustiva.

Em nossas análises, percebemos que os pais ficam muito vulneráveis e expostos a um alto nível de estresse devido aos fatores que foram mencionados. Esses familiares, principalmente a mãe, sofrem com angústia, medo e ansiedade por não saberem como seu filho

vai se desenvolver. Suas aspirações são levantadas ao pensar no processo educacional, pois não se sabe se a criança será verbal, se aprenderá com facilidade, se será independente ou se sobressairão aspectos de agressividade e irritabilidade. Por isso, entendemos que a maioria dos pais vive em meio à escuridão, pois, não sabem como será o desenvolvimento social, psicológico e educacional de seus filhos.

No diálogo entre família e escola, discutido na categoria III (Relação Família-Escola, Professor-Aluno com Autismo). Percebemos a importância da figura materna, principalmente quando o filho está na educação infantil. Nessa etapa da educação, a criança enfrenta um processo de mudança, deixa sua residência e começa a conviver com outras pessoas que não fazem parte do seu seio familiar. Esse processo é difícil para ambas as partes, para a criança, por vivenciar tudo novo, para a mãe, que se vê distante do filho e por conhecer suas particularidades, e para o educador que tem que ter muito conhecimento e estratégias para incluir estas crianças em sala de aula.

A avaliação conhecida como escala M-CHAT, ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é obrigatória para todas as crianças que têm entre 18 e 24 meses. Esses estudos mostram que, mesmo que os sintomas do autismo sejam identificados até o terceiro ano de vida, raramente a criança é diagnosticada nessa faixa etária, ocasionando o diagnóstico tardio. O tratamento para a patologia é garantido por lei, mas, é controverso discutir sobre esse tema, percebemos que existe um retrocesso e que só é tratado na teoria, pois a prática é contraditória. O SUS oferece o tratamento de forma gratuita, entretanto em decorrência a grande demanda, o tempo de espera é longo. Pode se passar meses até anos, até se conseguir uma vaga, sendo uma oferta limitada.

Confirmando, que o tratamento precoce aumenta as chances de tratamento, e ajuda no progresso e melhora das áreas comprometidas, conseqüentemente, essa progressão pode minimizar a sobrecarga que essas mães enfrentam. Reafirmamos a relevância de se colocar em prática medidas públicas direcionadas a este público, bem como políticas públicas que deem auxílio às famílias, de modo a prestar ajuda em relação às dificuldades decorrentes do autismo.

Dessa forma, conclui-se que, depois da análise e revisão de literatura, somente a formação em Pedagogia não é suficiente para ensinar crianças com autismo. Os autores afirmam que professores sem a devida preparação participam do processo de exclusão por não compreenderem as singularidades das crianças com TEA, apontando assim a falta de capacitação como uma causa e empecilho para o processo de inclusão.

## REFERÊNCIAS

- AMA (Associação de amigos do autista). História. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/ama/historia/>. Acesso em: 12 de mai. 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.
- BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 03, p. 07-19, 1995.
- BRASIL, **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 17 de mai. de 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 de mai. 2022.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de junho de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 13 de mai. 2022.
- BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 13 de mai. 2022.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 de jan. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de Janeiro de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2023.
- DIAS, Robson Batista; BRAGA; Paola Gianoto; BUYTENDORP, Adriana A.B.M. Educação Especial e Autismo. 1 ed. Campo Grande, MS: Perse, 2017.
- DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: a história do autismo. 1 ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.
- DUPIN, Aline Aparecida. S. Quintã; SILVA, Michele Oliveira da. **Educação Especial e Legislação brasileira: revisão de literatura**. 2020. 15 f. Scientia Vitae, 2020
- EVÊNCIO, Kátia Maria; FERNANDES, George Pimentel de Moura. História do Autismo: Compreensões Iniciais/The History of Autism: Initial Understandings. **ID on-line. Revista de psicologia**, v. 13, n. 47, p. 133–138, 2019.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. **Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas**. Psicologia USP, v. 31, 2020.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. 1 ed. São Paulo: Nversos, 2018.

GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo. **Bengala legal**. [ s.l.], 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009. ISBN:9788538600718.2009.

GOULARTE, Laura Moreira et al. Transtorno do Espectro Autista (TEA) e hipersensibilidade alimentar: perfil nutricional e prevalência de sintomas gastrointestinais. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 11, n. 1, p. 48-58, 2020.

HOUCH, Paulo Roberto. **Guia Minha Saúde Especial Autismo**. 5. Ed. São Paulo: Editora On line editora, 2016. Disponível em: <https://www.editoraonline.com.br>. Acesso em: 27 de nov.2022

JÚNIOR, Francisco Baptista Assunção; KUCZYNSI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

LIBERALESSO, Paulo. **Compreensão e Práticas Baseadas em Evidências**.1.ed.Curitiba, 2020.

LOPES, Bruna Alves. Autismo e Culpabilização das mães: Uma leitura de Leo Kanner e Bruno Bettelheim. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503543977\\_arquivo\\_autismo-e-culpabilizacao-das-maes-uma-leitura-de-leo-kanner-e-bruno-bettelheim.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503543977_arquivo_autismo-e-culpabilizacao-das-maes-uma-leitura-de-leo-kanner-e-bruno-bettelheim.pdf). Acesso em: 18 de jul.2022.

LOPES, Renato Paula Vieira; MARQUEZAN, Reinoldo. O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais. **Revista Educação Especial**, p. 43-49, 2000.

MACEDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues et al. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, v. 19, p. 179-189, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educação e Pedagogia**, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 200

MOREIRA, Heriveto, CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**: Classificação da pesquisa. Editora: DP8A. nº de págs.: 245. Publicação: 2006. ISBN: 9788574903101,8574903108. 2008.

NIKOLOV, Roumen; JONKER, Jacob; SCAHILL, Lawrence. Autismo: tratamentos psicofarmacológicos e áreas de interesse para desenvolvimentos futuros. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s39-s46, 2006.

OLIVEIRA, Karoline Mendonça. **Inclusão escolar de crianças autistas: o que acontece quando família e docentes dialogam?**. 2020. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, Carolina. Um retrato do autismo no Brasil. **Espaço aberto USP**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

PEREIRA, Edgar de Gonçalves. **Autismo: do conceito à pessoa**. Secretariado Nacional de Reabilitação, 1996.

PINTO, Sulamyta da Silva. **Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

REIS, Sabrina T.; LENZA, Nariman. A Importância de um diagnóstico precoce do autismo para um tratamento mais eficaz: uma revisão da literatura. **Revista Atenas Higeia**, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2020.

SANCHES, Isabel. Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: as práticas de Educação inclusiva na escola. **Revista lusófona de educação**, v. 19, n. 19, 2011.

SANTOS, Regina Kelly dos. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA, Fernanda Karina Uchôa da; BARROSO, Ana Cláudia. Contribuição da Ludoterapia no autismo infantil. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 7, n. 11, p. 210-224, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Editora Fontanar, 2012.

SOUSA, Maria Elisabete Martins. **A musicoterapia na socialização das crianças com perturbação do espectro do autismo**. 2010. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação) - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, Portugal, 2010.

STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena. **Autismo: integração e diversidade**. São Paulo: Literare Books, 2021. ISBN:9788594552808. 2021.

TAMMINGA, Carol. Esquizofrenia. **Manual MSD**. [S.l.], abr. de 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/resourcespages/faqs>. Acesso em: 11 de fev. de 2023. WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M. Books Editora, 2019. ISBN:9788576803164. 2019.

## APÊNDICE A- REFERÊNCIAS POR CATEGORIAS.

CATEGORIA
<b>EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS, RELATOS DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO (RELAÇÃO MÃE/PAI COM O FILHO (A) COM AUTISMO).</b>
MENDES, Maria Gislane da Silva. <b>Batalhas vivenciadas por mães de autistas: subjetivação, desafios e possibilidades de inclusão.</b> 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília.2021
OLIVEIRA, Sandra Regina de. <b>A inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: compreendendo a subjetividade materna.</b> 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019
TAMBARA, Marli Palomares. <b>Narrativas de mães de crianças autistas a respeito das primeiras experiências escolares na educação infantil.</b> 2017. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade cidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CATEGORIA
<b>RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA, PROFESSOR-ALUNO COM AUTISMO.</b>
BITTENCOURT, Daniele Francisca Campos Denardin de. <b>Relações entre família e escola: a parceria colaborativa no apoio à escolarização de alunos com autismo.</b> 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.
COSTA, Luciane Silva da. <b>Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva.</b> 2016.53 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.
OLIVEIRA, Karoline Mendonça. <b>Inclusão escolar de crianças autistas: o que acontece quando família e docentes dialogam?.</b> 2020. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
SANTOS, Vanessa NF. <b>Apego e Autismo: Uma análise sobre a relação de Apego de uma criança com TEA, seus pares e professoras no contexto inclusivo da educação infantil.</b> 180 f. Departamento de Educação. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.
SCHAEFER, Juliana Gouvea. <b>Perspectivas de famílias perante os desafios do processo de inclusão da criança com autismo e com seletividade alimentar na educação infantil.</b> 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ, 2020.
VARGAS, Rosanita Moschini. <b>Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo.</b> 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

**CATEGORIA**

**PRÁTICAS DE INCLUSÃO**

ALVES, Marcia Doralina. **Alunos com autismo na escola: um estudo de práticas de escolarização.** 2015. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

CESAR, July Rafaela Vasconcelos. **Escola Inclusiva e Autismo: saberes e práticas educativas de docentes de uma escola municipal de Belém-PA.** 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

GUARESCHI, Taís. **Inclusão Educacional e Autismo: um estudo sobre as práticas escolares.** 2016. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

HERADÃO, Julia Gomes. **Estudantes com autismo em escolas democráticas: práticas pedagógicas.** 2020. 130 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Presidente Prudente, Presidente Prudente, SP, 2020.

OLIVEIRA, JANIBY SILVA DE. **Prática Pedagógica do Professor com o aluno Autista no contexto da Escola Inclusiva.** Universidade do Estado do Pará. Belém, 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

PEREIRA, Angelina Gabrielle Moreira Ornelas. **Inclusão escolar e autismo na educação infantil: a participação de alunos com autismo na construção de práticas pedagógicas em turmas de educação infantil.** 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

PINTO, Sulamyta da Silva. **Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.** 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

RIBEIRO, Emília Lucas. **A comunicação entre professores e alunos autista no contexto da escola regular: Desafios e possibilidades.** 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RODRIGUES, Michely Aguiar. **O processo de inclusão da criança com autismo: mapeando práticas escolares e seus efeitos.** 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SIQUEIRA, Aurea Spricigo. **O autismo e a educação.** 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2020.

VECCHIA, Christiane Cordeiro Silvestre Dalla. **Práticas Pedagógicas no ensino de crianças com autismo na perspectiva da Educação Inclusiva: um olhar do professor.** 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, 2017.